



*A*  
*[Signature]*

**DATA DA REUNIÃO:** DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-  
-----

**VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR RAZÕES, QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADORA** ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----  
-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.**-----  
-----

**VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.**-----  
-----

**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-**  
-----

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.**-----  
-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – PRESENTE.**-----  
-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**  
-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DOZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----



Ar  
B

**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Pelo Senhor Vereador Alírio Canceles foi referido que, tendo em conta a presença do Senhor Dr. Carlos Alberto Lopes Pacheco, membro seguinte da lista do Partido Social Democrata para as últimas eleições autárquicas, nesta reunião, se não seria possível alterar a Ordem do Dia da presente reunião, passando o ponto dez da mesma a ser analisado e votado de imediato.

Pelo Senhor Presidente foi dito que a questão em causa – Suspensão do mandato do Senhor Vereador Dr. João Abreu e sua substituição – seria analisada no ponto respectivo da Ordem do Dia, conforme agendado.

b) Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimentos:

## REUNIÃO DE CÂMARA – 16 DE DEZEMBRO DE 2009

### Período Antes da Ordem do Dia

Os vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD solicitam esclarecimentos sobre parte do relatório da acção inspectiva realizada ao Município de Santo Tirso pelo IGAL:

- 1- O PSD recebeu do IGAL as folhas 27 e 28 do relatório da acção inspectiva realizada a Santo Tirso, em resultado da exposição por si apresentada em 10 de Março de 2007, que se anexa;
- 2- No referido relatório, pode constatar-se que o IGAL confere mérito à exposição e recomenda que no âmbito do quadro legal vigente, o Senhor Presidente da Câmara responda em conformidade;
- 3- Passados já, quase dois meses, sobre a recepção do documento em causa, gostaríamos que o Senhor Presidente nos informasse se tem ou não intenção de dar cumprimento à recomendação do IGAL, e se a resposta for positiva, quando o pretende fazer?

Santo Tirso, 2009-12-16



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

Ac 04  
Cumprido  
ordenado.  
Lx, 24/08/09

Exmº. Senhor  
Inspector-Geral da Administração Local

Nosso Of. Nº  
1941

N/Processo  
1207/2007

Data  
20-08-2009

Vossa Comunicação

Data

**Assunto:** INSPECÇÃO ORDINÁRIA SECTORIAL AO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local de enviar a V. Exa., o vosso processo Nº 131400 bem como o Parecer Final nº 63/2009 com o seguinte despacho que se transcreve:

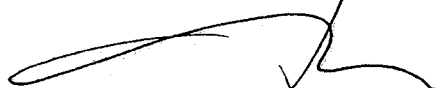
"Concordo. Proceda-se nos termos propostos.

19.8.09

Eduardo Cabrita."

Com os melhores cumprimentos, 

O Chefe de Gabinete,



(Luís Guimarães de Carvalho)

LR.

# Igal

Inspeção-Geral da  
Administração Local

05

Ar  
153  
f

131400

Coord. Paredes  
tem. prop. 1  
K.P. ef  
Rd C11

## PARECER FINAL N.º 63/2009

Edição 1.0.0.0  
Versão 1.0.0.0 - 10/01/2009

**Objecto:** Inspeção Ordinária Sectorial ao Município de Santo Tirso.

2

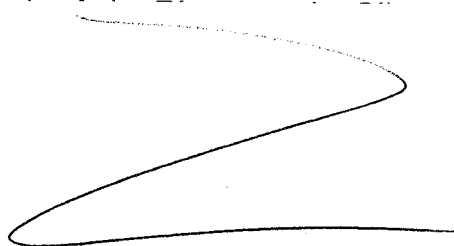
# Igal

Inspecção-Geral da  
Administração Local

Ar 06  
254  
T  
D

II. Se dê **conhecimento** do resultado da averiguação das respectivas matérias no âmbito da acção Inspecção às entidades e exponents sendo,

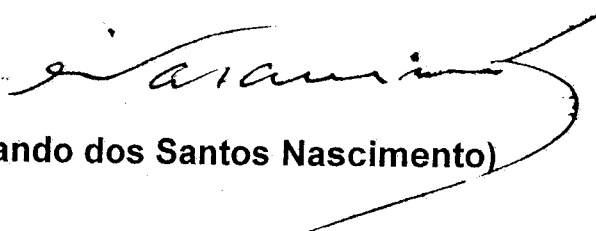
de fls. 27 a 28 e 32 a 33 ao Presidente da Comissão Política do Partido Social Democrata de Santo Tirso,



À consideração de sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local.

Lisboa, 06/05/2009

O Inspector-Geral



(Orlando dos Santos Nascimento)



Inspeção-Geral da  
Administração Local

07

Ar  
[Signature]

ORIGINAL

Processo N.º

131400

## INSPECÇÃO ORDINÁRIA SECTORIAL

AO

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

### RELATÓRIO

Fls. 27 a 28 e 32 a 33 do  
relatório

O Inspector:

Data em que deu entrada na Inspeção-Geral

2008/07/07

Dr. Luís Orlando Botelho Maia

**4. Exposição da Comissão Política do Partido Social Democrata de S. Tirso**  
(fl.s 1 a 60 do Apenso n.º 2/2007)

**4.1.** A Comissão Política do Partido Social Democrático, veio junto da IGAL, em 2007-04-10, participar que aos 29 requerimentos, de que juntou cópia, dirigidos ao Presidente da Assembleia Municipal de Santo Tirso para obter informações e fotocópias de documentos, respeitante à actividade do executivo municipal, não foi dada qualquer resposta.

O Presidente da Assembleia de Municipal, em ofício de 2007-08-10, esclareceu que os pedidos que lhe foram dirigidos, sobre informações ou documentos relativos à actividade da Câmara, os encaminhou para o Presidente do respectivo órgão, chegando mesmo a ocorrer, da sua parte e em relação a alguns daqueles pedidos, a insistência pelas respostas.

O Presidente da Câmara Municipal, por sua vez, em ofício de 2007-09-24, diz carecer de fundamentação a exposição, pois os assuntos constantes dos requerimentos apresentados foram oportunamente esclarecidos/respondidos verbalmente na Assembleia Municipal, tal como esses mesmos assuntos constam das actas dos órgãos do Município e constam dos instrumentos de gestão sendo, como tal, documentos públicos e de livre acesso.

(doc.ºs de fl.s 471 a 530)

**4.2.** Ouvidos em declarações, quer o Presidente da Câmara Municipal quer o Presidente da Assembleia Municipal reiteraram os esclarecimentos que haviam prestado à IGAL.

(doc.ºs de fl.s 631 e 632)

**4.3.** Os pedidos de esclarecimento e de alguns documentos por parte de membros da Assembleia Municipal ao Presidente da Câmara Municipal, através do Presidente daquele órgão, ocorreram entre Outubro de 2006 e Março de 2007.

Os pedidos formulados pelos eleitos da lista do PSD/PPD, partido este que também está representado na Câmara Municipal, enquadram-se na previsão do regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios (Lei n.º 169/99, de 18/9).

As solicitações, a que aludimos, cabem na alçada do disposto no art.º 53.º n.º 1, al.ª f), do DL n.º 169/99, de 18/9, na red. da Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, ao estipular que qualquer membro da Assembleia Municipal e em qualquer momento pode requerer informações ao Presidente da Câmara Municipal, através



lu *me*

*[Handwritten signature]*

da mesa, sobre assuntos de interesse para a autarquia, a quem compete, nos termos do art.º 68, n.º 1, al.ª u), do diploma antes citado, responder, no prazo máximo de 15 dias, prorrogável por igual período, desde que fundamentado.

Assim, independentemente do mérito ou não sobre a documentação e os esclarecimentos solicitados, assim como do conteúdo dos mesmos e do expressivo volume de requerimentos que possam representar, face ao quadro legal referenciado, implicarão, inequivocamente, uma resposta do presidente do órgão executivo, em prazo legalmente fixado.

Na conformidade com o que dissemos, atento o quadro legal traçado, deverá proceder o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso naqueles termos, o que se recomenda.

Deverá dar-se conhecimento deste ponto ao Presidente da Comissão Política do partido Social Democrata de Santo Tirso.

*[Large handwritten flourish or signature]*



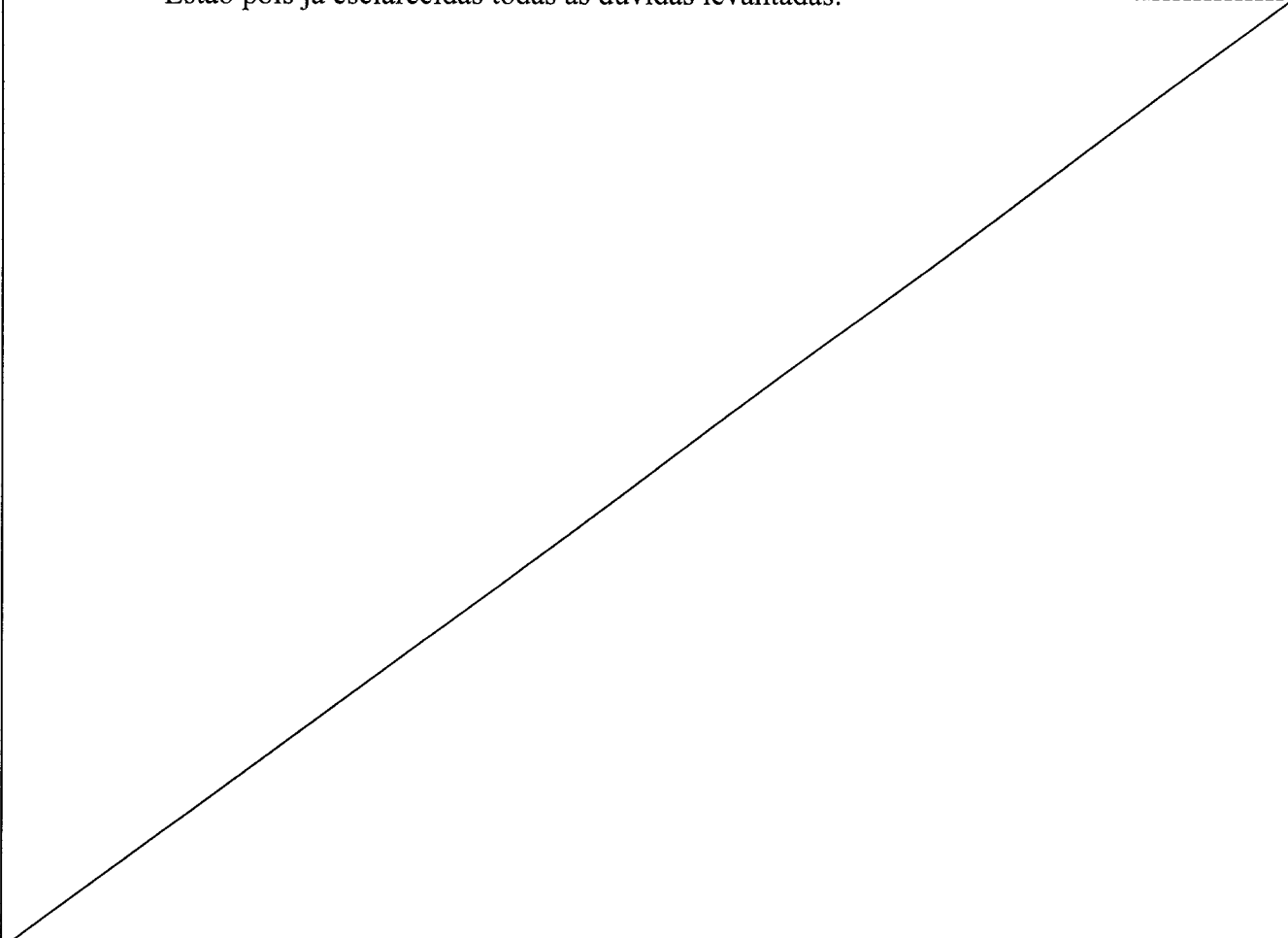
AR  
[Handwritten signature]

Seguidamente pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

“Antes de mais queremos referir que, depois da Inspeção Ordinária feita à Câmara Municipal, em reunião de Câmara Municipal de 18 de Novembro p.p. (ponto 3) elaboramos um documento, em anexo, cujas conclusões são inequívocas, pela positiva, sobre a actuação da Câmara Municipal.-----

Se há mérito este cabe integralmente à actuação da Câmara Municipal no cumprimento das normas legais de que não resultou sequer qualquer proposta de sanção.-----

Estão pois já esclarecidas todas as dúvidas levantadas.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

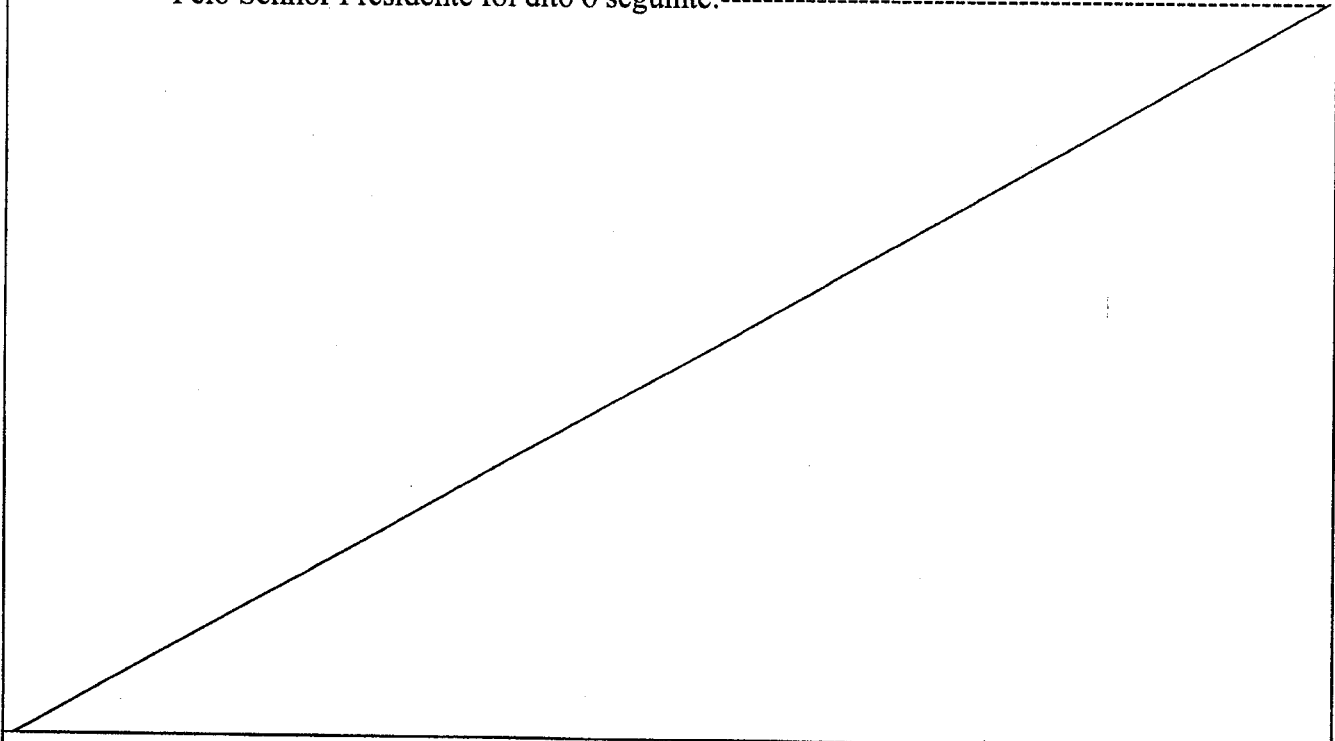
Ar  
11

**3. INSPECÇÃO ORDINÁRIA SECTORIAL AO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, EFECTUADA PELA IGAL: CONHECIMENTO DO PARECER FINAL E DO DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL.-----**

O Senhor Presidente deu conhecimento, em cumprimento do disposto na alínea q) do n.º 2 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, do relatório definitivo da inspecção ordinária sectorial ao município de Santo Tirso, efectuada pela Inspecção – Geral da Administração Local, que incidiu sob o período compreendido entre um de Julho de dois mil e três e dezasseis de Dezembro de dois mil e sete, que foi remetido pelo ofício da IGAL de dezanove de Outubro findo, registado na câmara municipal com o número catorze mil e oitocentos.-----

Do expediente levado ao conhecimento da câmara consta o relatório enviado pelo ofício da mesma entidade, número seis mil quinhentos e vinte e cinco, de catorze de Agosto último, registado na câmara com o número treze mil e setenta e seis, bem como a resposta enviada pela câmara em sede de audiência prévia.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito o seguinte:-----



A-

J

J

**Inspecção Ordinária Sectorial ao Município de Santo Tirso**

Em cumprimento do legalmente previsto, cabe-me dar conhecimento aos restantes membros da Câmara Municipal do Relatório Final da Inspecção Sectorial acima referida, efectuada ao Município de Santo Tirso pela Inspecção – Geral da Administração Local, que decorreu de 17 de Dezembro de 2007 a 2 de Maio de 2008, e que incidiu sobre o período compreendido entre 01 de Julho de 2003 e 16 de Dezembro de 2007.

Atento o período inspeccionado (cerca de 4 anos e meio, abrangendo parte dos mandatos de 2002/2005 e 2005/2009), o teor do Relatório enviado pela IGAL em 14 de Agosto último para efeitos de audiência prévia, e o Parecer Final nº 63/2009 do Inspector – Geral da IGAL, que mereceu despacho de concordância do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, de 19 de Agosto último, aprez-nos realçar o seguinte:

1. As diversas e complexas áreas de actuação do município, as constantes alterações legislativas e as restrições financeiras não facilitam a, já de per si difícil, tarefa de gestão do município;

Apesar das dificuldades verifica-se que nos diversos, e foram muitos, processos e procedimentos analisados no decurso da acção inspectiva não foram detectadas situações que indicassem responsabilidade administrativa, financeira, civil ou penal, como não poderia deixar de ser;

De eventuais irregularidades apontadas pela IGAL, e dizemos eventuais, porque algumas resultam de diferentes interpretações da lei, sendo que em

7 Ar  
7  
matéria interpretativa só a última decisão judicial pode ter carácter vinculativo, decidiu-se, logo no decurso da acção inspectiva, e como se reconhece no aludido parecer final, acatar as recomendações da IGAL vertidas no Relatório, o que demonstra o espírito de quem vem gerindo a Câmara Municipal nos últimos anos para cultivar uma postura de constante melhoria dos serviços.

2. Em relação ao ponto I do dito parecer final, foram já dadas instruções à Divisão Jurídica e do Contencioso, para informar a IGAL sobre a tramitação e decisão final proferida nos processos de contra-ordenação identificados a fls. 123 a 137 da documentação da acção inspectiva;

Reconhecendo-se o atraso na conclusão de alguns processos de contra-ordenação, é de salientar que uma maior celeridade processual apenas seria possível ou com a contratação de mais funcionários, a afectar ao respectivo serviço, ou com a prestação de trabalhos extraordinário, o que, em ambos os casos, acarreta despesas para o município cuja realização, numa perspectiva de boa gestão financeira, deve ser seriamente ponderada;

Existe o cuidado de não deixar prescrever os processos, pelo que também aqui não se verifica qualquer ilegalidade.

3. No decurso da acção inspectiva foram analisados diversos processos de obras particulares, a solicitação da Polícia Judiciária, e na sequência de denúncias apresentadas nesta entidade policial, sendo que relativamente a todos esses processos, identificados de folhas 17 a 23 do aludido Relatório, se concluiu que *“as operações urbanísticas encontram-se tituladas com os respectivos alvarás e não apresentam anomalias para a interposição de*

*alguma acção administrativa nos Tribunais Administrativos e Fiscais.*

Conclui-se ainda naquele Relatório: *"Igualmente do levantamento dos factos, resultante da análise dos processos e dos elementos recolhidos, não se vislumbram situações que possam indiciar ou mesmo levantar uma suspeita da existência de ilícitos penais quanto à matéria exposta".*

4. Também no decurso da mesma acção inspectiva foram analisados diversos processos de obras particulares, identificados de folhas 23 a 26 do mesmo Relatório, na sequência de queixas apresentadas na IGAL, sendo que em relação a todos eles se chegou à mesma conclusão: *"não foram violadas disposições legais"* ou *"estão a ser reequacionadas medidas tendentes à regularização da situação"*.
5. No âmbito da mesma acção, foi analisada uma exposição apresentada na IGAL pela Comissão Política do Partido Social Democrata de Santo Tirso, referida de folhas 27 a 28 do Relatório, reiterando-se aqui o que já dissemos no nosso ofício nº 19000, de 25 de Setembro de 2007. A obrigação do Presidente da Câmara de responder aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal vem sendo regularmente cumprida, já que a maioria das informações pedidas constam das actas das reuniões da Assembleia e da Câmara Municipais, bem como dos relatórios anuais de gestão e contas, que são documentos públicos.
6. Foi também analisada no âmbito da referida acção inspectiva uma comunicação efectuada pelo Município à Direcção-Geral das Autarquias Locais, pelo facto de no processo de licenciamento de obra particular

Ar  
[Signature]

(processo nº 644/2002), em nome da sociedade TSEIS – Investimentos Imobiliários, S.A., ter sido emitido um parecer pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo, Senhor Adelino Almeida Martins Moreira, um dos sócios gerentes da sociedade Adelino Moreira & Irmão, Lda., promotora inicial da operação urbanística que deu origem ao referido processo 644/2002, que nele estava impedido de intervir, face ao disposto na alínea a) do nº 1 do artº 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Em consonância com a exposição apresentada pelo Município, concluiu a IGAL que a pronúncia sobre os projectos de construção, sempre que solicitada pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia, deve ocorrer em reunião do respectivo órgão executivo, não podendo intervir nessa mesma pronúncia quem se encontre nas situações contempladas nas diversas alíneas do nº 1 do artº 44º do Código do Procedimento Administrativo.

**Concluindo:**

Na acção inspectiva em causa não foram apontadas situações que indiciem responsabilidade administrativa, financeira, civil ou penal, tendo sido reconhecida a actuação legal do município nos diversos processos que motivaram denúncias na Polícia Judiciária ou exposições na IGAL, o que nos apraz registar e deve ser reconhecido pela Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara,

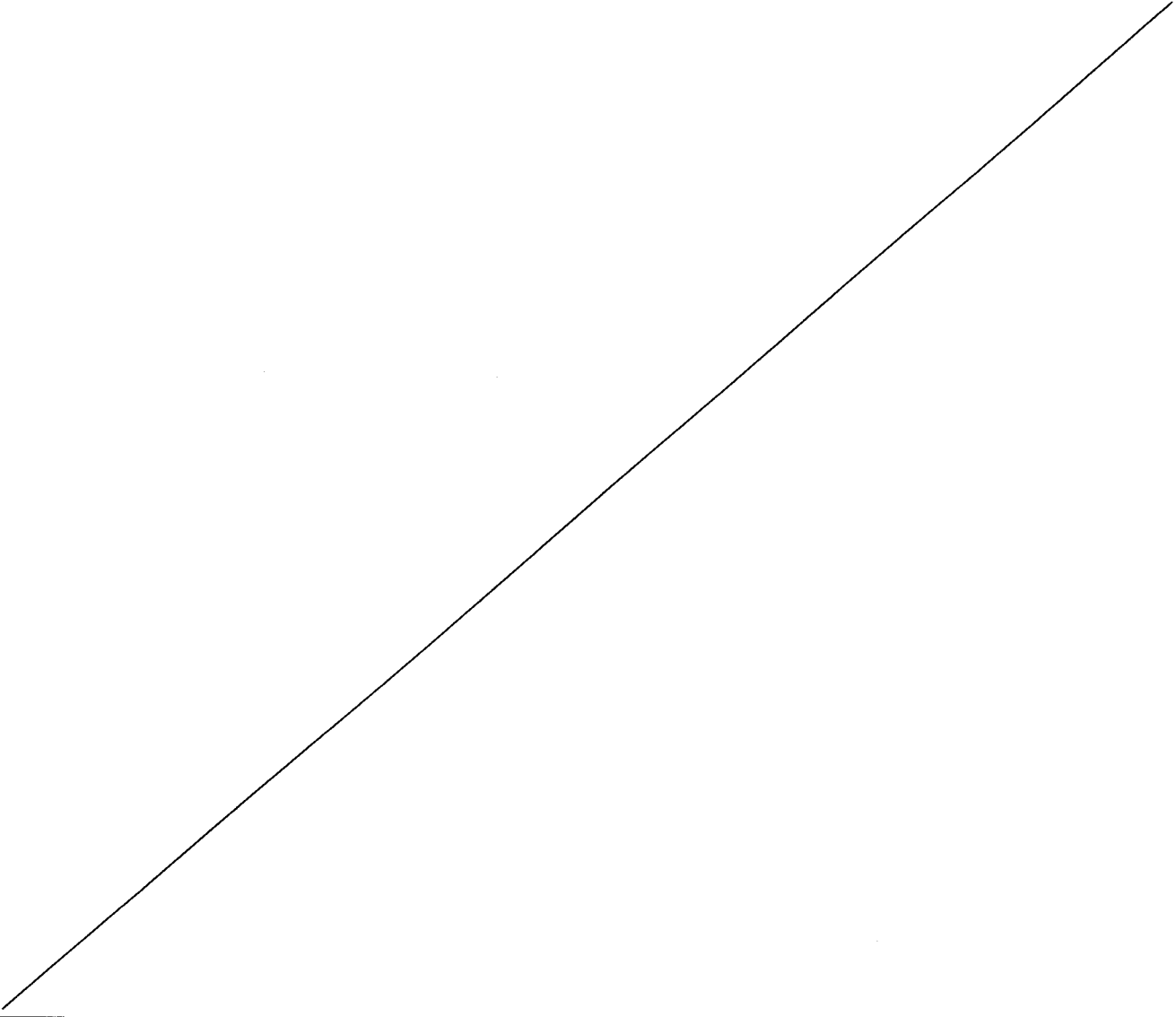
[Signature]

(Castro Fernandes)



Ao

c) Seguidamente os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata solicitaram ao Senhor Presidente da Câmara que, verificando-se que não constam da Ordem do Dia da presente reunião os assuntos cujo agendamento foi por eles solicitado em sete do corrente mês de Dezembro, conforme cópia do respectivo requerimento anexo, informasse se os assuntos em causa vão ser considerados nesta ou em outra reunião de câmara.-----





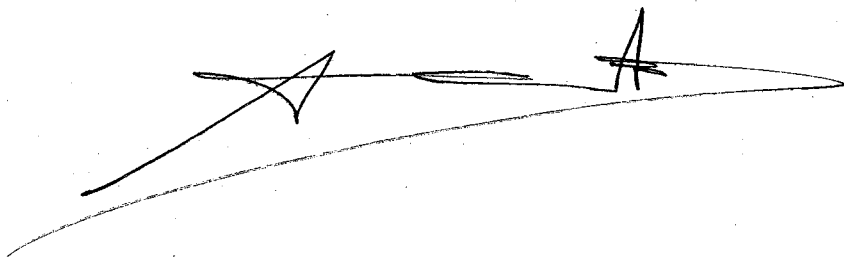
17  
Recibí original  
09-12-07 Ao  
Carino

Exmº Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

Alirio António de Sousa Canceles, vereador eleitos nas listas do PPD/PSD, vem solicitar a V. Exª que ao abrigo da alínea a) nº 1 do artº 87 do Decreto-Lei 169/99 se digne integrar na ordem do dia da reunião ordinária marcada para o próximo dia 16 de Dezembro, os seguintes pontos:

- Proposta de atribuição de subsidio à Junta de Freguesia de Vila das Aves no valor de 25.000 euros para comparticipação na aquisição da nascente do Amieiro Galego
- Proposta de celebração de contratos a termo resolutivo com os profissionais que orientam nas escolas básicas do concelho de Santo Tirso as actividades de enriquecimento curricular

Santo Tirso, 7 de Dezembro de 2009

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.



Av

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Quero dar conhecimento do ofício que enviei à Junta de Freguesia de Vila das Aves sobre a questão do Amieiro Galego, e cuja cópia fica anexa à presente acta.-----





019186 04-SEP '09

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

Exmo. Sr.  
Presidente da Junta de Freguesia de  
Vila das Aves  
Av. 4 de Abril de 1955, n.º 251  
4795-024 Vila das Aves

Sua Referência  
372/09-1.16

Sua Comunicação de  
21.08.2009

Nossa Referência  
A/4-GAP

**Assunto****Nascente do Amieiro Galego**

Em resposta ao solicitado através do V. ofício referido em epígrafe, venho informar que considerando que o aproveitamento do recurso hídrico, nascente do Amieiro Galego:

- Se enquadra nos objectivos do PDM em vigor;
- É compatível com os usos previstos pelo novo PDM e com o regime da REN;
- Se insere numa estratégia de valorização dos recursos naturais e de dinamização económica do concelho que vêm sendo prosseguida pela autarquia.

Reconheço o interesse público municipal à nascente do Amieiro Galego e à actividade termal, caso ela seja viável no enquadramento da legislação em vigor.

Mais informo que a Câmara Municipal concederá um subsídio no valor de €10.000,00 para comparticipação na aquisição do imóvel.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

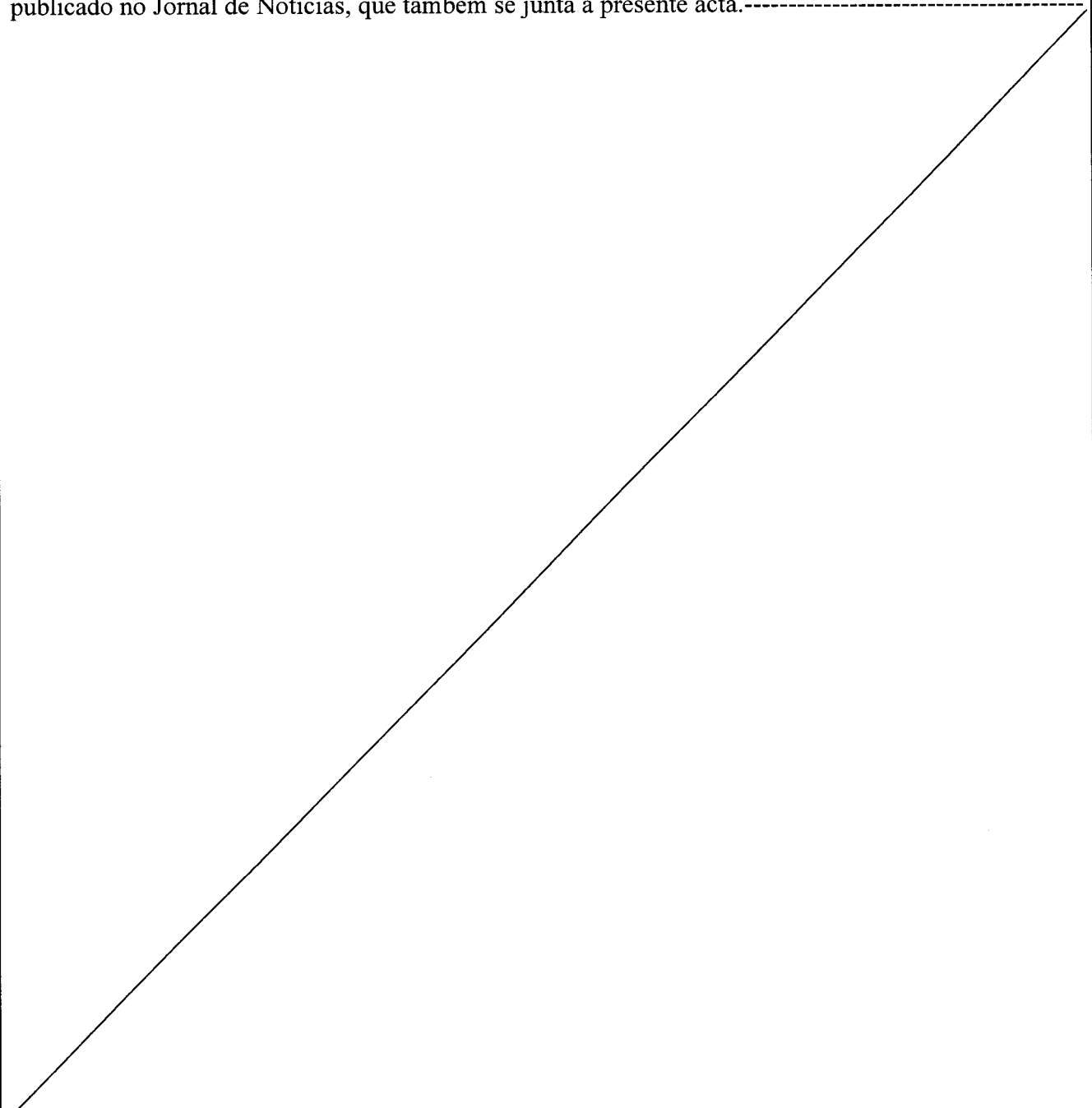
Castro Fernandes



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

O Senhor Presidente disse ainda que pretendia também dar conhecimento do aviso publicado no Jornal de Noticias, que também se junta à presente acta.-----



# Avisos tribunais e conservatórias

JN — 12-07-2009 — N.º 41



 Direção Regional de Educação do Norte  
 Centro de Apoio Educativo do Douro Sul


Agrupamento Vertical de Escolas

Alvaro Coutinho, "O Magico" - Paredão

045159

## ANÚNCIO

Está aberto concurso público para fornecimento de produtos para Bufete, Refeitório, Papelaria, Produtos de Limpeza e Higiene e Consumíveis de impressão (tinteiros, toners e papel) do Agrupamento Vertical de Escolas Alvaro Coutinho "O Magico" - Paredão para o ano lectivo 2009/2010 a partir do dia 14 até 29 de Julho de 2009.

Os interessados deverão obrigatoriamente utilizar as listas de produtos que a Escola quer adquirir e que estarão a disposição nos Serviços Administrativos, bem como a lista dos critérios de selecção das propostas.

As candidaturas devem obedecer ao estipulado nos artigos 46.º, 96.º e 97.º do Dec.-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. As propostas da papelaria serão abertas no dia 30 de Julho de 2009 e às 14,30 horas serão apreciadas as propostas do bufete. No dia 31 de Julho de 2009, às 9,30 horas serão apreciadas as propostas de produtos de limpeza, higiene e de consumíveis de impressão e às 14,30 horas as propostas de refeitório.

Paredão, 10 de Julho de 2009

O Director

Paulo José Pinheiro Teixeira

JN — 12-07-2009 — N.º 41

SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

## AVISO (m/f)

Aceita-se candidaturas pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, para as funções de professores de enriquecimento curricular nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico deste concelho, nas seguintes áreas: Inglês, Educação Física, Ensino de Música e Outras Expressões Artísticas (expressão dramática, expressão musical, expressão plástica e ciências experimentais).

As funções serão prestadas em regime de contrato de tarefa, no período de Setembro de 2009 a Junho de 2010, inclusive.

Os candidatos deverão possuir o perfil e as habilitações previstos no Despacho n.º 14 460/2008, (2.ª Série), publicado no DR. n.º 100, 2.ª Série, de 26 de Maio de 2008.

O local de trabalho e o horário serão estipulados na altura do contrato, de acordo com os interesses da Câmara.

A remuneração será de 12 € (doze euros) por cada tempo lectivo (45 minutos) quando possuam habilitação igual a licenciatura e nos restantes casos 9 € (nove euros), acrescidos de IVA à taxa legal, quando devido.

A selecção será feita através da avaliação curricular.

Apresentação de candidaturas:

Utilizando uma ficha de candidatura fornecida pelos serviços (Balcão Único) ou enviando requerimento (em carta registada com aviso de recepção), dirigido ao sr. presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, com identificação completa do candidato e indicação da área a que se candidata. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

Deverão anexar um curriculum vitae e documentos comprovativos das habilitações académicas.

OBS.: 1. No caso de terminado o processo de candidaturas no prazo acima indicado e na eventualidade de no decorrer do ano lectivo 2009/2010 surgirem necessidades de colmatar vagas ou desistências, aceitar-se-á novas candidaturas, com os mesmos requisitos.

2. Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a celebração do contrato só terá lugar quando o contrato comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a Segurança Social.

O presidente da Câmara Municipal  
Eng.º António Alberto Castro Fernandes

publicidade telefone

808 200 692

808 200 692

222 096 000



At  
[Signature]

Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

“Sobre a questão do pedido de agendamento de duas propostas na ordem do dia da presente reunião, os eleitos do Partido Social Democrata consideram lamentável que o Senhor Presidente da Câmara não tenha respeitado o quadro legal aplicável, não contemplando as propostas na Ordem do Dia como atempadamente foi solicitado. Efectuado o devido pedido de esclarecimento não se mostrou o Senhor Presidente disponível para o fazer”.-----

Em relação à declaração que antecede, o Senhor Presidente referiu o seguinte:-----

“Em relação à declaração dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata reafirmamos aquilo que já esclarecemos verbalmente, que os anexos juntos à acta conferem claramente que os assuntos colocados foram já alvo de decisão por parte do Presidente pelo que o pedido de agendamento é uma mera repetição do já decidido”.-----

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----**



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

23

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16/DEZEMBRO/2009 – ACTA Nº 27**

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (02/12/2009)
- 2 – Minuta da acta da sessão ordinária da assembleia municipal realizada no dia 24/11/2009: Conhecimento
- 3 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2010
- 4 – Autorizações Relativas à Execução do Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal para o ano de 2010
- 5 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2010
- 6 – Proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (Serviços de Saneamento de Águas Residuais e Recolha e Gestão de Resíduos Sólidos)
- 7 – Plano de Transportes Escolares do Concelho de Santo Tirso para o ano lectivo 2009/2010: Aprovação
- 8 - Constituição de Servidões Administrativas de Aqueduto Público Subterrâneo no âmbito da empreitada de “Remodelação e ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais no Vale do Ave – Rede de drenagem de águas residuais às restantes freguesias do Vale do Ave - Rebordões” – Parcelas 3, 4, 5 e 9
- 9 – Outros Subsídios



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

24

10 – Requerimento do Senhor Vereador Dr. João Manuel Machado Faria de Abreu: Pedido de Suspensão do mandato

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 11 de Dezembro de 2009

O Presidente,

Nota: No momento da discussão do assunto constante do ponto 10 da presente Ordem do Dia, foi decidido pelo Senhor Presidente, com a concordância dos demais edis, retirar este assunto da reunião.





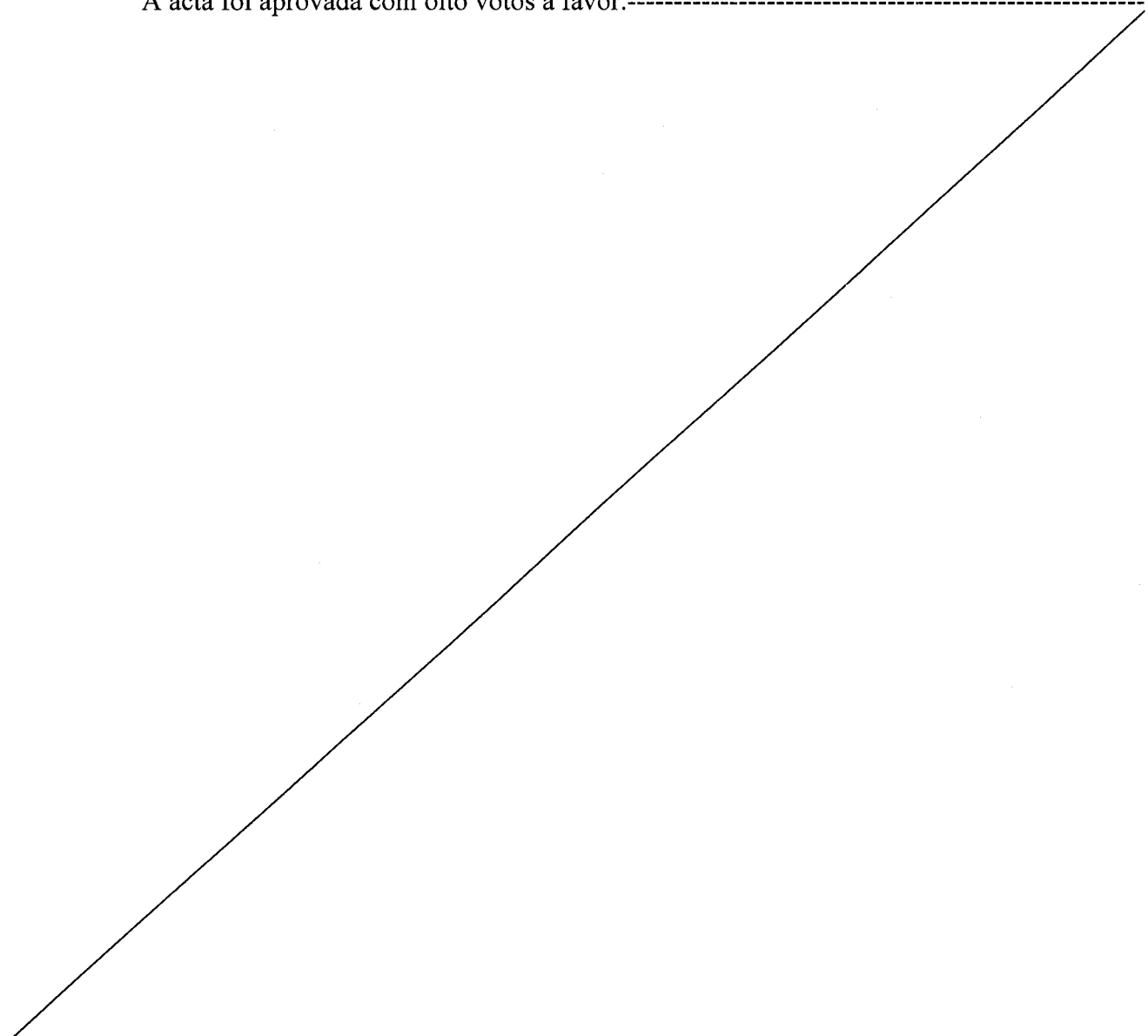
Ass  
[Handwritten signature]

**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (02/12/2009).-----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia dois do corrente mês de Dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----





**2. MINUTA DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA NO DIA 24/11/2009: CONHECIMENTO.-----**

Presente a minuta da acta da reunião ordinária da assembleia municipal realizada no dia vinte e quatro de Novembro findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Eleição do Presidente da Junta de Freguesia de Refojos para participar no XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

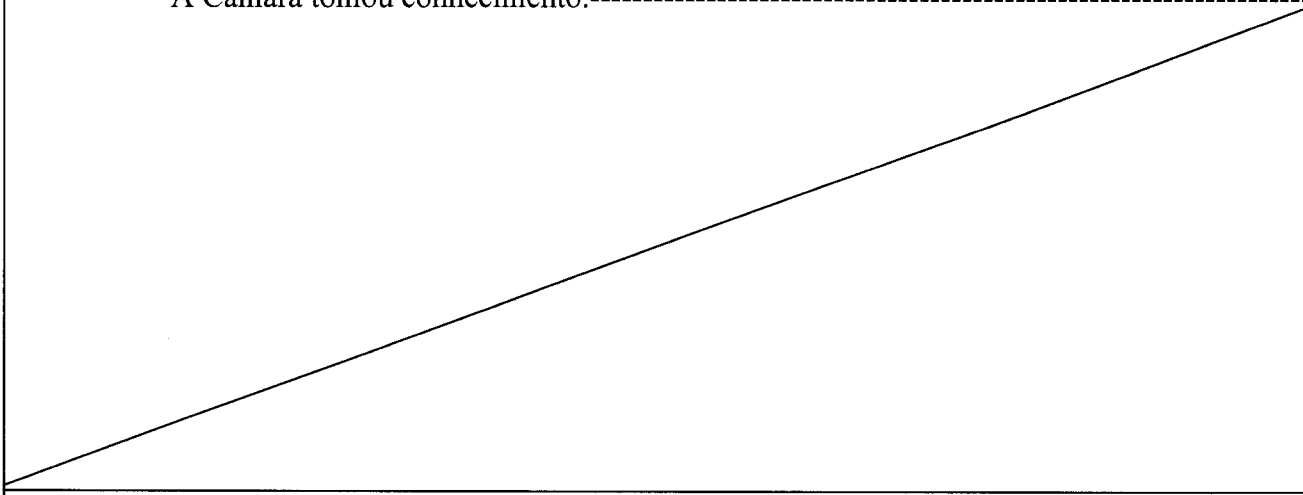
- Eleição do Presidente da Junta de Freguesia de Roriz para exercer funções na Assembleia Distrital do Porto, no mandato 2009/2013;-----

- Autorizar o lançamento de Derrama no ano de 2010, de harmonia com a proposta aprovada pela câmara municipal em reunião de dezoito de Novembro findo (item quatro da respectiva acta);-----

- Deliberar participar no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do município, nos termos da proposta aprovada pela câmara municipal na referida reunião (item cinco da respectiva acta);-----

- Aprovar as taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 2010, também nos termos da proposta aprovada pela câmara municipal na mesma reunião (item seis da respectiva acta).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





**3. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPAS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2010.**-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por setenta e nove folhas.-----

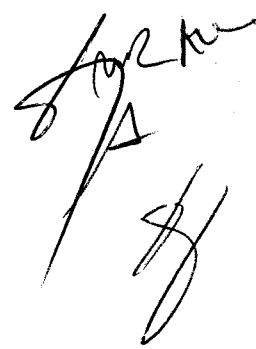
O Senhor Presidente propôs que a Câmara, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse aprovar a proposta de Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal anexos e submeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal para o ano de dois mil e dez foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três votos contra dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

Seguidamente pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

REUNIÃO DE CÂMARA - 16 DE DEZEMBRO DE 2009

Ponto 3 da Ordem do Dia



Declaração de voto dos eleitos nas listas do PPD/PSD

Ponto 3 - *Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santo Tirso para o ano de 2010*

Este documento, aliás, no seguimento dos anteriormente apresentados, mais parece um descritivo de meras intenções, sem nenhuma sustentação.

Não esclarece qual a estratégia, plano ou mesmo medidas a adoptar para o desenvolvimento do Concelho de Santo Tirso.

Este documento, que formalmente se chama de *Grandes Opções*, mas parece de "pequenas opções".

Não se percebe qual o papel, que num documento que deveria ser estratégico, é conferido aos diferentes agentes no processo autárquico.

O documento em apreço, continua a evidenciar a falta de ideias, de ambição, ousadia e de objectivos, que promovam o real desenvolvimento do Concelho e o projectem no futuro.

As *Grandes Opções do Plano e Orçamento*, enquanto instrumento referenciador da política autárquica, apresentam-se sem conteúdo e sem perspectivas temporais. Um vazio total. Sinceramente é confrangedor.

ml  
A 29  
Ao

Até para a oposição se torna difícil fazer uma análise crítica sobre um documento que nada diz, que aborda as diferentes áreas temáticas com enorme superficialidade e descomprometimento.

Tantos anos de poder, tantos anos de experiência, mas os problemas persistem, as dificuldades na concepção de instrumentos de gestão são óbvias, e sem instrumentos de gestão, não há estratégia, e sem estratégia, não existe planeamento, e sem planeamento as medidas adoptadas são desgarradas, dispersas e difusas.

Se olharmos para as Câmara vizinhas, percebemos que os seus responsáveis políticos se adaptaram aos novos conceitos de gestão, e por isso, estes, apesar da crise que a todos afecta, registam significativos acréscimos em termos de desenvolvimento e qualidade de vida.

Santo Tirso, por seu lado, continua refém de uma gestão camarária completamente ultrapassada, virada para dentro, quando deveria voltar-se para os Municípios, e que tem conduzido o Concelho à estagnação e o colocam como um dos menos desenvolvidos de Portugal.

O melhor exemplo é o desemprego galopante que, em Santo Tirso, atingiu números dramáticos que ultrapassaram já os 7.000 desempregados, para uma população que continua a decrescer:

Mas também, o decréscimo de população, em contra ciclo com os Concelhos vizinhos, espelha a incapacidade desta gestão na promoção de medidas que fixem os Tirsenses ao seu Concelho.

ml  
A 30  
A

6  
H

De acordo com dados recentes fornecidos pelo INE, a população de Santo Tirso, tornou a cair no período de 2006 a 2008, tendo perdido mais 995. Já tinha perdido 773 no período de 2001 a 2004, e 708, no período de 2004 a 2006, ou seja, em apenas 8 anos o Concelho de Santo Tirso perdeu 2.476 pessoas. Ao contrário, a Trofa, Famalicão, Valongo, Paços de Ferreira, Maia, Guimarães, Vizela, etc., etc., continuam a ver a sua população aumentar.

O problema é que apesar dos sucessivos alertas do PSD, a gestão Autárquica da responsabilidade do PS, continua a fazer de conta que nada de passa, que está tudo bem! A gravidade desta situação, obrigaria uma qualquer gestão responsável e atenta, a tomar medidas para evitar esta demandada de Tirsenses para os Concelhos vizinhos.

Mas o que nos dizem a este respeito as Grandes Opções do Plano? Exactamente o mesmo que disseram os anteriores documentos! Nada, rigorosamente nada.

Ao analisarmos este documento, conclui-se que se trata de um simples e rudimentar plano de gestão corrente, que conforma um conjunto de actividades que vão transitando de ano para ano.

Pode ler-se, na tímida e incipiente abordagem às diferentes áreas de intervenção, por exemplo no caso da Cultura: "... dar-se-há continuidade ao Festival Internacional de Guitarra, ao Simpósio Internacional de Escultura Contemporânea e á Poesia está na Rua...".

Na área do Turismo, então é que nada se diz sobre captação de turistas, limitando-se as Grandes Opções do Plano a referir a continuação da Feira das Tasquinhas, Feira do Artesanato, Festival de Folclore, Concurso de Melão e Vinho Verde, etc., etc. Com estas iniciativas, limitamo-nos a atrair à cidade, local preferencial de realização destes eventos, os cidadãos das diferentes Freguesias do Concelho, mas confundir isto com promoção do Turismo, é no mínimo grave. Onde está a promoção das múltiplas potencialidades e recursos naturais de Santo Tirso? Por onde andam os Turistas, que ninguém os vê?

Mas também na área desportiva, o cenário é desolador, fazendo-se apenas referência aos 25 anos de Futebol Amador e assumindo-se a regularidade das actividades desportivas.

Já no domínio do desenvolvimento económico, área chave para a promoção do emprego, criação de riqueza, atracção e fixação de população, a gestão do Partido Socialista, limita-se a referir a disponibilização de espaços no Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica! O que seria de uma qualquer empresa privada que não implementasse uma estratégia de mercado para conquistar clientes e garantir a sua sobrevivência? Provavelmente falia! Um ano depois de inaugurado este equipamento, pode afirmar-se que continua "às mocas". Dos 15 espaços disponíveis apenas três, e um aconteceu em Outubro recente, estão ocupados. Qual é a estratégia seguida por esta Câmara para inverter esta grave situação? Na verdade, nada se conhece! Nada consta nas Grandes Opções do Plano.

Também na formação e emprego, as quatro linhas que neste documento são dedicadas a esta matéria, deixam perceber um total vazio, que neste caso assume preocupações acrescidas, face à grave situação que Concelho atravessa, como já se referiu. Nesta área temática, a gestão socialista, limita-se a evidenciar a aposta no CNO, mais concretamente na vertente do reconhecimento, quando deveria ser na vertente profissional e/ou integrada, ou seja, na certificação de competências escolares e técnicas pela via da formação. Este programa, para esta Câmara, mais tem sido um instrumento de promoção do seu Presidente, do que um instrumento facilitador do acesso ao conhecimento e à aquisição de competências profissionais, que permitissem melhorar a competitividade dos trabalhadores Tirsenses. Para além da auto-estima, factor importante, sem dúvida, quais os reais ganhos para a competitividade? O que aconteceu às muitas centenas de Tirsenses desempregados que viram reconhecidas por esta via um nível de escolaridade que não detinham. É necessário, isso sim, apostar na qualificação profissional, quer dos empregados, quer dos desempregados, e isso não se faz com "cursinhos" desfasados das necessidades das empresas do Concelho. Neste domínio, refere-se nas Grande Opções do Plano para 2010 a disponibilização de cursos de especialização tecnológica e formação modular a realizar na incubadora. Estranho destino de uma incubadora, mas já que "está às moscas" aproveite-se. No entanto, quem acede ao site da entidade formadora, a quem foi cedido este espaço, apenas se pode ver oferta de cursos realizados em 2009, com o último iniciado em 16 de Novembro de 2009?

Sendo a educação considerada pela gestão socialista uma prioridade, ao ponto de terem gasto largos milhares de euros em cerca de 50 *outdoors* que

32  
A  
A  
A



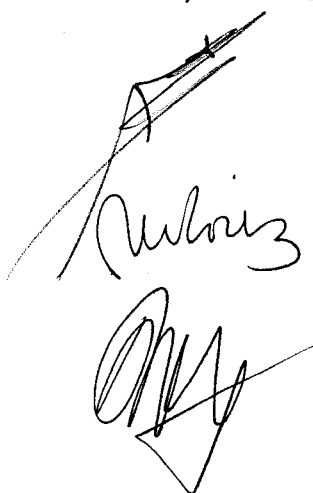
espelharam por todo o Concelho no ano de 2008, no documento em análise, não foi feita qualquer referência a esta área de actividade, apesar das muitas competências delegadas pelo Governo, nomeadamente o Programa de Generalização de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Quanto ao PPI, muito pouco se pode dizer, já que é o espelho das Grandes Opções do Plano, consubstanciado num conjunto de rubricas, com referências a projectos e mais projectos, alguns dos quais, se arrastam ao longo dos anos de PPI para PPI, mas que teimam em não sair do papel.

Mas sempre se pode dizer que no orçamento de receita que totaliza 70 milhões de euros, 8 milhões aparecem em rubricas não identificadas ou sinalizadas como "outros" e que este é um orçamento fortemente inflacionado e por isso pouco fiável.

Por tudo isto, o PSD só poderia votar contra.

Santo Tirso, 16 de Dezembro de 2009





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*At*  
*[Signature]*

Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

*[Empty space for declaration, crossed out with a diagonal line from bottom-left to top-right.]*

## DECLARAÇÃO DE VOTO

As Grandes Opções do Plano para 2010 foram elaboradas na continuidade do projecto de desenvolvimento sustentado que o concelho vem seguindo. Assume os compromissos que temos para com as populações, quanto às intenções de investimento, bem como o largo rol de responsabilidades e competências autárquicas.

O PPI reúne as intervenções planeadas pelo município, tendo em conta a participação recebida essencialmente das Juntas de Freguesia! Naturalmente que as pretensões de todos, suplantariam a efectiva capacidade de financiamento, tendo por isso, sido necessário estabelecer prioridades e distribuições no tempo.

É com ambição que o PPI apresenta globalmente, acções de valor superior a 120 milhões de euros e, para o ano de 2010, um valor de 29,81 milhões de verba definida.

As acções previstas no PPI, tratando-se de investimento nomeadamente ao nível do Equipamento Escolar, da reabilitação de edifícios como a ex-Fabrica do Teles, a conclusão do PMR, as unidades de saúde, a 2ª Fase do Parque Urbano da Rabada, e da Quinta de Geão e de múltiplas intervenções na rede viária, são de realização incontornável, de necessidade indiscutível, registando já algumas delas, realização parcial, tanto física como financeira.

As actividades previstas no âmbito do Desporto, Turismo, Cultura, Formação e Emprego, Certificação da Qualidade dos serviços da autarquia e outras de relevo municipal, manterão em agenda aquilo que ano após ano vem sendo feito e de reconhecida qualidade, apostando por outro lado, noutras actividades, tanto na vertente interna, certificação e reorganização de serviços quer nas de visibilidade externa concelhia par além do concelho.

Apesar dos tempos difíceis que os orçamentos municipais vêm conhecendo, o Orçamento para 2010 de Santo Tirso apresenta Despesas Correntes em montante inferior ao previsto para as receitas da mesma natureza. Ou seja, mantém um saudável equilíbrio (que as contas finais ano após ano vêm confirmando) em que parte das despesas de capital virão a ser financiadas pelas receitas de carácter corrente, entretanto poupadas.

O Orçamento reflecte o objectivo de continuar a gestão municipal com rigor e contenção, prevendo em relação ao orçamento anterior um ligeiro decréscimo global nas receitas e despesas.

Em conclusão, o voto favorável dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista para os Documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2010 é um voto favorável aos compromissos assumidos, à ambição e ao rigor, um voto favorável ao desenvolvimento sustentado que se pretende continuar.

  
Joana Pereira  
  
Helena Gomes



Am

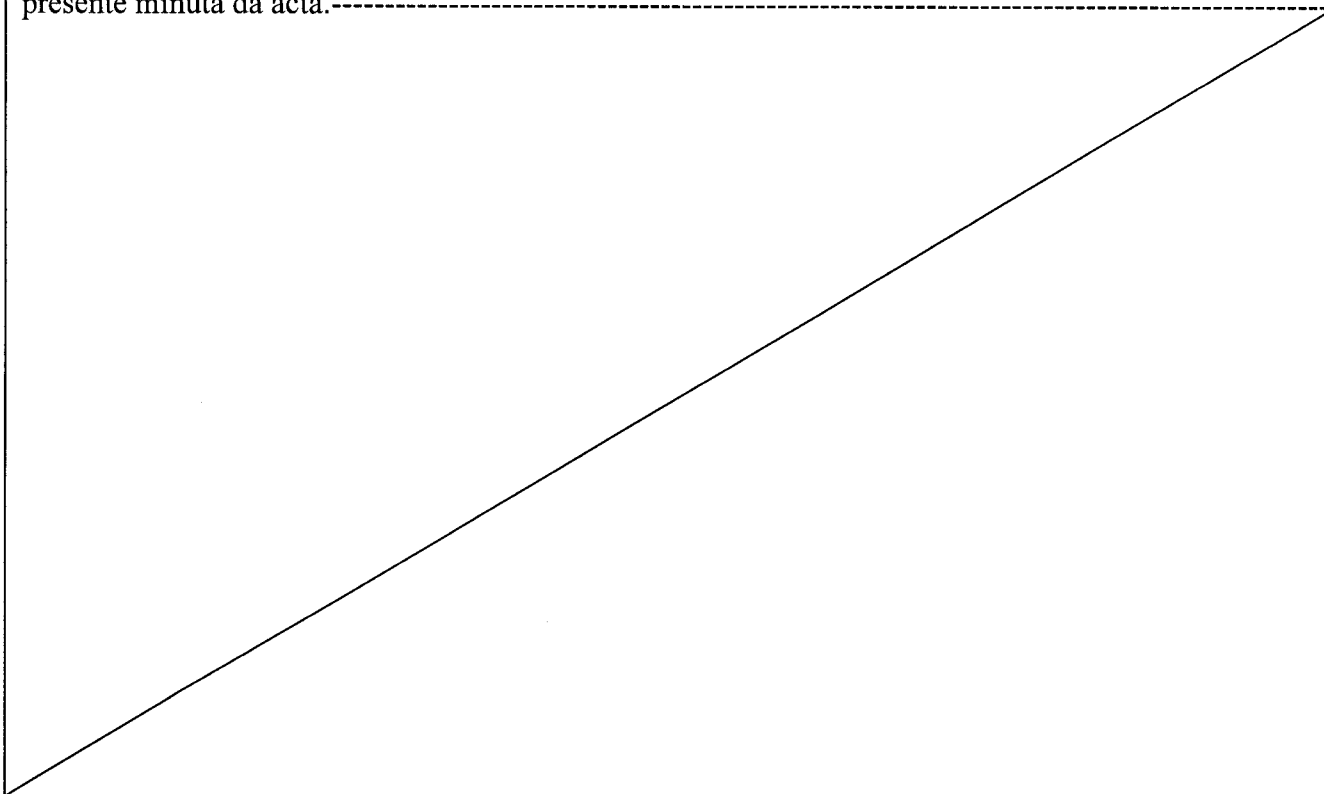
**4. AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2010.-----**

Presente para apreciação e votação uma proposta de pedido de autorizações à Assembleia Municipal para execução do Plano Plurianual de Investimentos no ano de 2010, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O Senhor Presidente solicitou que a Câmara aprovasse a referida proposta e a remetesse à Assembleia Municipal para aprovação, juntamente com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de 2010.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Pelo Senhor Presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a declaração de voto que consta de folhas quarenta e duas a quarenta e três da presente minuta da acta.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

37

AK  
[Signature]

## AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2010

Proponho que:

A Câmara delibere aditar ao Plano Plurianual de Investimentos para 2010 as seguintes pretensões a apresentar à Assembleia Municipal, com o pedido de que sejam votadas na mesma sessão de aprovação dos instrumentos de gestão, a exemplo dos procedimentos seguidos nos últimos anos:

1. Autorização para delegar competências nas Juntas de Freguesia, quando disso se presuma benefício para o interesse comum e nos termos do artº 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro;
2. Autorizar a contratação de empréstimos a curto prazo, a contrair quer pela Câmara Municipal de Santo Tirso quer pela Associação de Municípios do Vale do Ave e para o período de vigência do orçamento, nos termos do nº 7 do artº 38º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e desde que cumpridos os requisitos legais.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 11 de Dezembro de 2009

O Presidente,

[Signature]  
Castro Fernandes



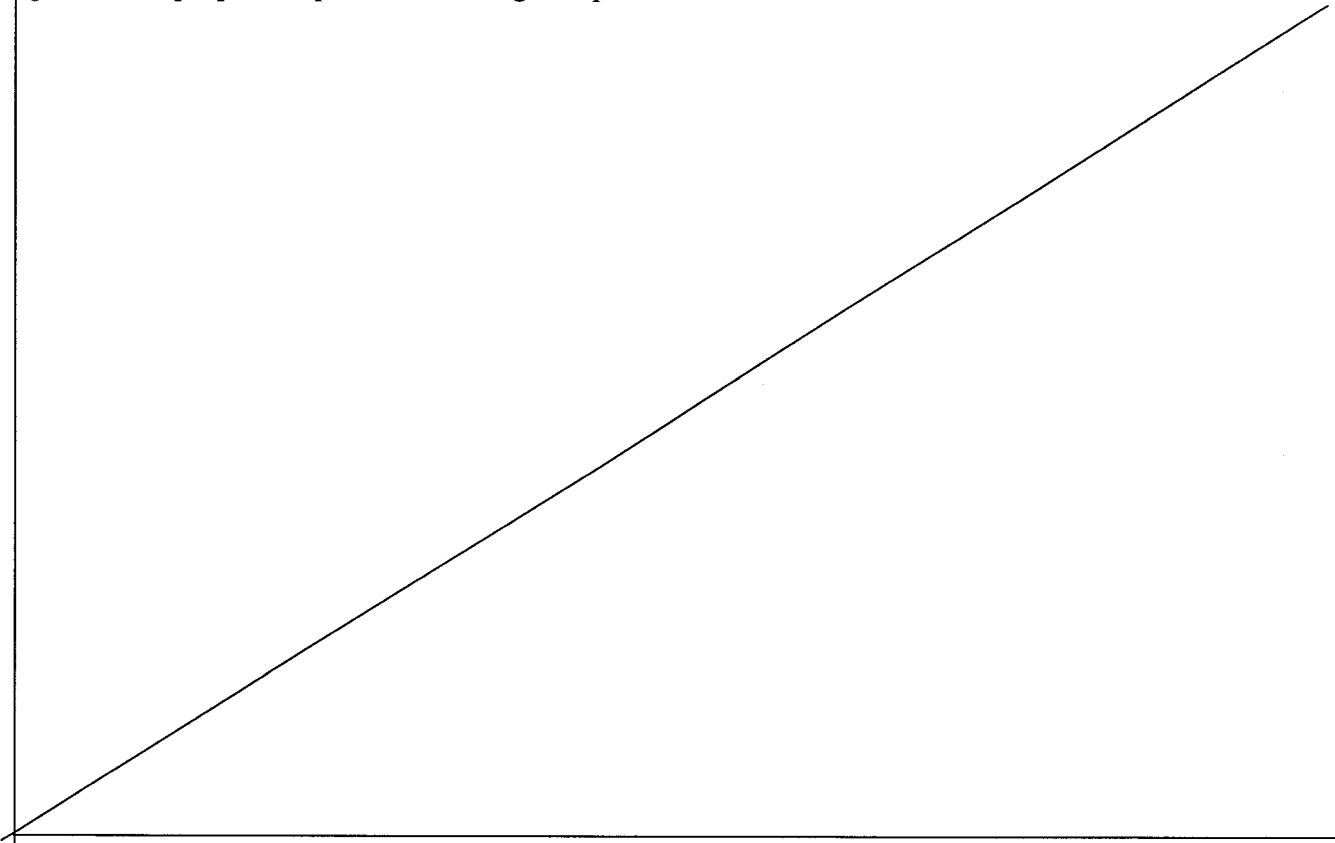
Ar

“Votamos favoravelmente esta proposta tal e qual votamos favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010.-----

Esta decisão complementa a anterior e corresponde à prática habitual desta Câmara Municipal. Aliás não seria lógico da nossa parte não votar o documento das Grandes Opções e depois em total contradição votar as delegações nas freguesias.-----

Muito mais incompreensível seria não votarmos as Grandes Opções e depois votarmos a contratação de empréstimos no âmbito do Plano e Orçamento.-----

Somos coerentes. Votamos um e outro documentos, em conformidade, porque entendemos ser esta a melhor forma de gerir o concelho. E o facto é que o povo do concelho de Santo Tirso relevou o mérito da nossa actuação ao renovar a sua confiança nos eleitos do Partido Socialista, tal e qual aconteceu no passado onze de Outubro. Tudo continuaremos a fazer para traduzir em actos práticos as propostas que vimos sufragadas pelos eleitores”.-----





*Ac*

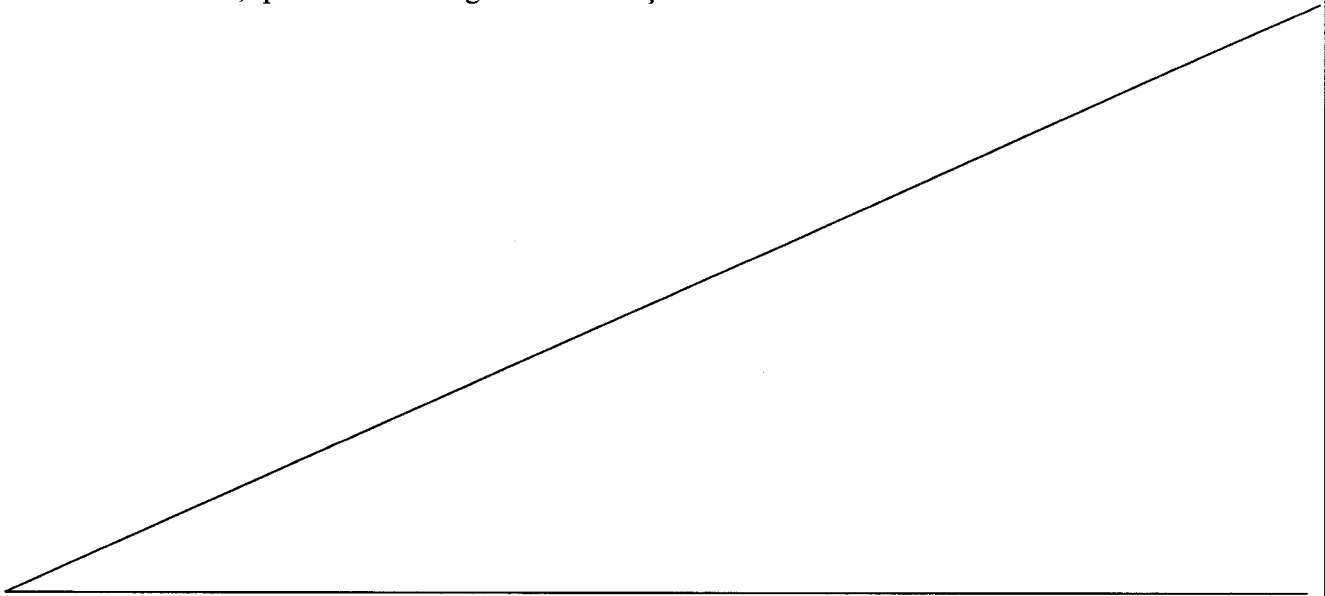
*[Handwritten signature]*

**5. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2010.**-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por quarenta e oito folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse aprovar a proposta de Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal anexos e submeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de dois mil e dez foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três votos contra, dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----



REUNIÃO DE CÂMARA - 16 DE DEZEMBRO DE 2009

Ponto 5 da Ordem do Dia

Ac  
A 40  
[Handwritten signature]

Declaração de voto dos eleitos nas listas do PPD/PSD

Ponto 5 - Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2010

As Grandes Opções do Plano e Orçamento do SMAES, segue a mesma matriz da Câmara Municipal.

Não se perebe de onde partimos e para onde vamos;

Não se vislumbra qualquer estratégia, para retirar o concelho de Santo Tirso do atraso que regista ao nível das infraestruturas de saneamento e da rede pública de água;

Na vertente das Grandes Opções do Plano, o documento em discussão reporta praticamente toda a sua actividades a entidades terceiras.

Ou seja, são os outros que continuarão a marcar o ritmo da política ambiental em Santo Tirso.

Também este documento nada tem de estratégico, mas reduz-se a um mero conjunto de intenções, ignorando-se que hoje o ambiente, nomeadamente as redes de saneamento e de água, são consideradas um



custo de contexto, e por isso, sujeitas ao escrutínio dos investidores, nomeadamente quando pretendem direccionar os seus investimentos.

Santo Tirso tem sido fortemente penalizado por este atraso, a que os responsáveis políticos do PS nunca deram a devida importância. Diz a sabedoria popular e bem "o que não se vê, o povo não lembra, e por isso, não dá votos". É verdade não dá votos, mas constitui um factor de retracção para investidores e famílias.

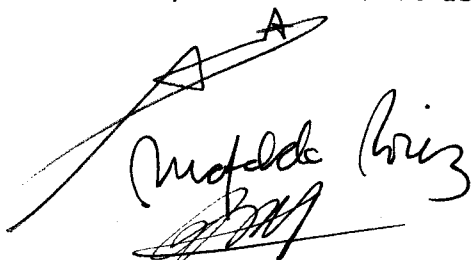
Santo Tirso está a pagar a factura deste atraso, que é da única e exclusiva responsabilidade do PS.

Era espectável, por exemplo, ~~que se~~ perceber qual o plano desenhado pelos SMAES para motivar os Tirsenses a fazer <sup>em</sup> as suas ligações à rede pública de água, quando se sabe, que a adesão não ultrapassa os 30%. Compreende-se que os Tirsenses, dado o elevado preço da ligação à rede pública de água e os fortes investimentos que as famílias suportar <sup>em</sup> ao longo dos anos em furos e poços, manifestam alguma resistência, nomeadamente num concelho onde as famílias têm visto o seu poder de compra a decrescer de ano para ano.

Mas, o que pretendem fazer os responsáveis pela Gestão Autárquica do PS para resolver esta situação?, que é também um problema de saúde pública! Continuar a lamentar-se?

Por tudo isto, o PSD só poderia votar contra.

Santo Tirso, 16 de Dezembro de 2009

  
Miguel Brito



**6. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO, RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RECOLHA E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-----**

Presente officio de dez do corrente mês de Dezembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, registado com o número dezasseis mil setecentos e oitenta a remeter proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (serviços públicos de Recolha e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento de Águas Residuais), aprovada pelo respectivo Conselho de Administração em reunião de nove do corrente mês de Dezembro, a qual se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por cinco folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, ao abrigo das disposições conjugadas do artº 16º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e artº 64º, nº 1, alínea j) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse aprovar a Tabela de Preços anexa, para entrarem em vigor no próximo dia um de Janeiro de 2010.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os eleitos manifestam alguma preocupação pelo facto de não terem recebido um documento de alguma complexidade, que, de acordo com a informação do Senhor Presidente, pressupõe aumentos que sobrecarregam a já frágil situação das famílias tirsenses, que num quadro de crise económica obrigaria a uma atenção especial por parte da câmara municipal. Os eleitos do Partido Social Democrata não tiveram sequer tempo, porque não receberam o documento, de analisar, comparar, e propor valores mais ajustados à realidade sócio - económica actual. Por estes motivos e, pelo facto, reforçando, de não termos tido acesso prévio à proposta, o Partido Social Democrata viu-se obrigado a votar contra”.-----



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

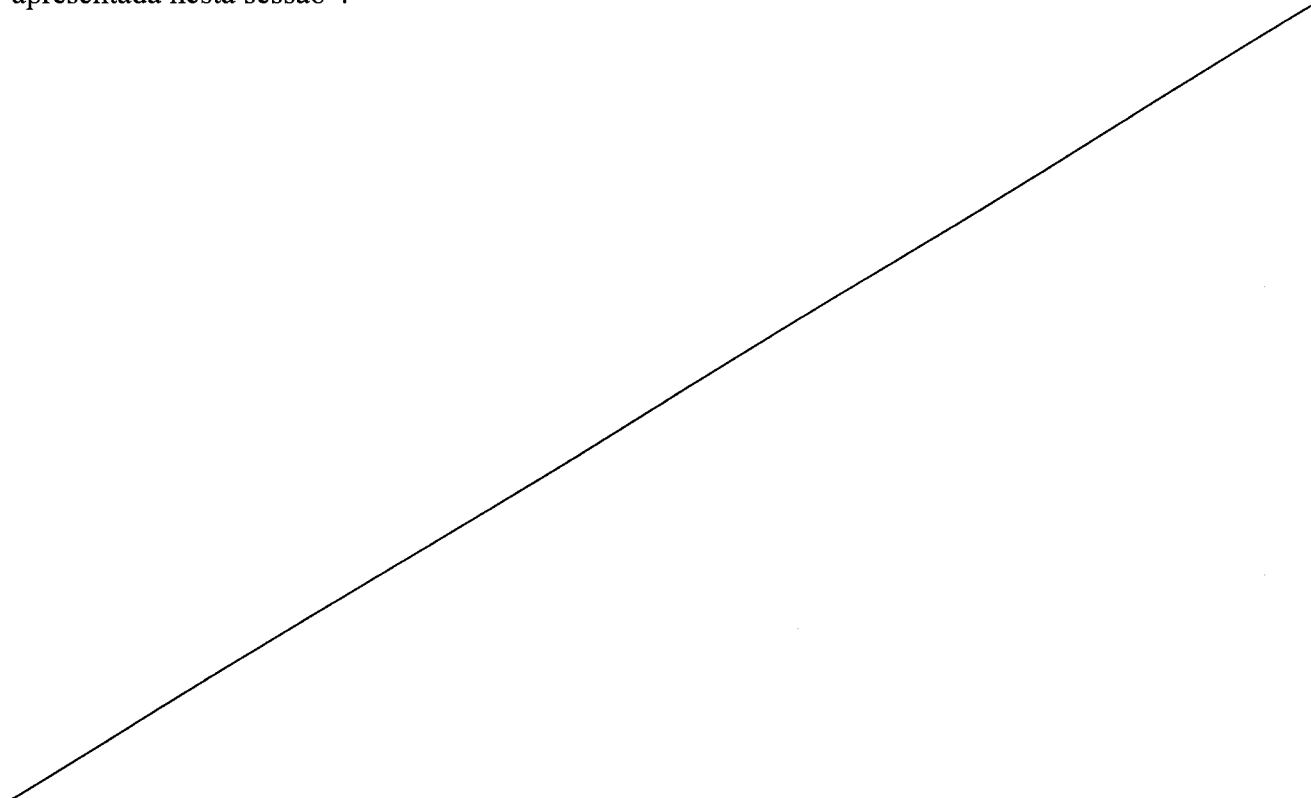
Câmara Municipal de Santo Tirso

Seguidamente pelos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente esta proposta já que a mesma é fundamentada em termos económicos. Por um lado temos a questão da inflação e por outro somos obrigados legalmente a aproximar as tarifas do custo industrial do serviço. Recorde-se que quem cobre o diferencial entre o tarifário e o custo industrial é o orçamento da Câmara.”-----

Realce-se também que os aumentos previstos têm reduzida expressão num quadro de tarifário mais baixo que parte dos municípios envolventes, e em casos de situação de carência económica comprovada pelos Serviços Sociais podem adoptar-se medidas de redução ou em casos extremos de isenção.”-----

Por tudo isto e porque são públicos os tarifários votamos favoravelmente a proposta apresentada nesta sessão”.-----





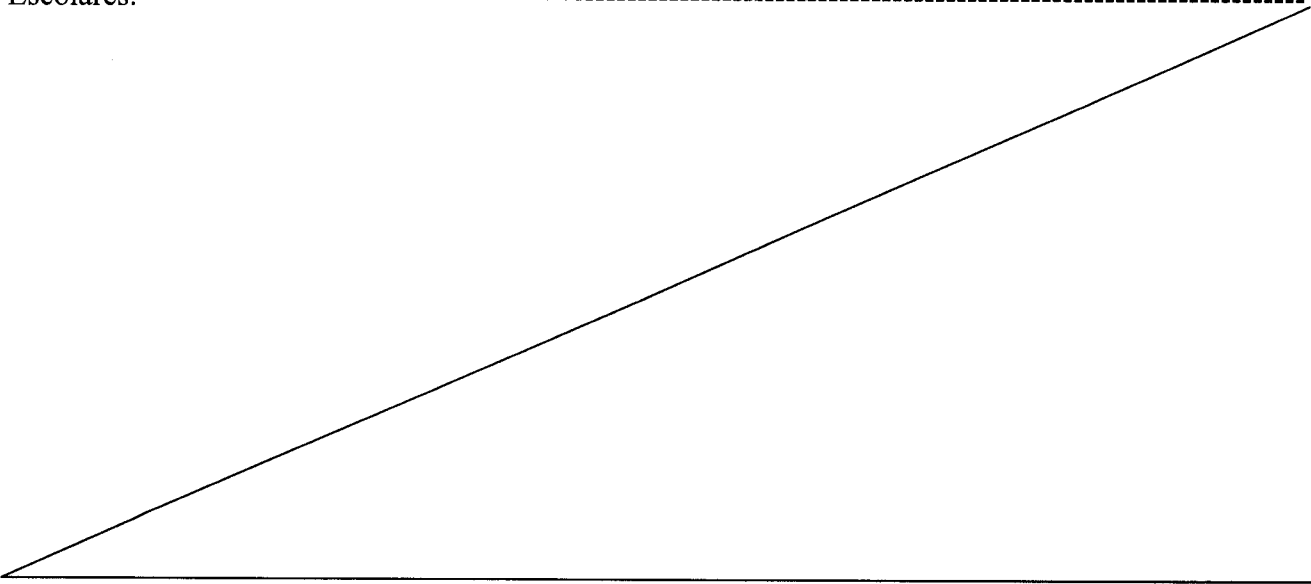
Ac

**7. PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES DO CONCELHO DE SANTO TIRSO  
PARA O ANO LECTIVO 2009/2010: APROVAÇÃO-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a proposta do Plano de Transportes Escolares do Concelho para o ano lectivo 2009/2010, com vista a dar cumprimento às disposições legais do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, de que se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, composto por vinte e duas folhas.-----

A previsão do custo anual dos transportes escolares é de 876.830,80 € (oitocentos e setenta e seis mil oitocentos e trinta euros e oitenta centimos), sendo a previsão dos encargos a suportar pela Câmara Municipal de 742.150,30 € (setecentos e quarenta e dois mil cento e cinquenta euros e trinta centimos), sendo 269.872,84 € (duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e setenta e dois euros e oitenta e quatro centimos), relativo ao período de Setembro a Dezembro de dois mil e nove, e 472.277,46 € (quatrocentos e setenta e dois mil duzentos e setenta e sete euros e quarenta e seis centimos), relativo ao período de Janeiro a Julho de dois mil e dez.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar o referido Plano de Transportes Escolares.-----





**8. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO AVE – REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS ÀS RESTANTES FREGUESIAS DO VALE DO AVE - REBORDÕES” – PARCELAS 3, 4, 5 E 9.-----**

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de dois do corrente mês de Dezembro, registado com o número dezasseis mil quinhentos e doze, a remeter deliberação do respectivo Conselho de Administração, de dezasseis de Novembro findo, que deliberou aceitar as condições de negociação enunciadas na informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de cinco de Novembro findo, anexa à aludida deliberação, estabelecidas como contrapartida da autorização da constituição das servidões administrativas em causa.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse constituir uma servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, destinada à instalação de um colector de drenagem de águas residuais e respectivas caixas de visita sobre os prédios a seguir identificados:-----

Parcela 3:

- A servidão incide sobre o prédio urbano sito no lugar de Freitas, freguesia de Burgães, concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 105/19861014 (um zero cinco / um nove oito seis um zero um quatro), inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 843 (oitocentos e quarenta e três), que é propriedade de Hélder Tiago da Costa Martins e mulher Carina Manuela da Silva Abreu, residentes na Rua do Rio, n.º 123, da dita freguesia de Burgães, onerado com uma hipoteca voluntária a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A.-----

A área total da servidão é de 435,47 m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e cinco vírgula quarenta e metros quadrados), numa extensão de 144,42 m (cento e quarenta e quatro vírgula quarenta e dois metros) e com uma largura de 3 m (três metros), sendo 1,5m (metro e meio) para cada lado a contar do eixo do colector, que se encontra delimitada a amarelo na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequentes folha. (Planta I).-----



A referida servidão consiste na instalação de um colector de drenagem de águas residuais, e respectivas caixas de visita, com as seguintes características:-----

- Diâmetro exterior do colector – 20 cm;-----
- Extensão do colector – 144,42 m;-----
- Profundidade da implantação do colector – variável entre os 1,60m e 3,99m;-----
- N.º de caixas de visita – 5.-----

Parcela 4

- A servidão incide sobre o prédio urbano sito no lugar de Carreiró, freguesia de Rebordões, concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 219/19870727 (dois um nove / um nove oito sete zero sete dois sete) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1622 (mil seiscientos e vinte e dois), que é propriedade de Rui Norberto Teixeira Ferreira e mulher Maria José Ferreira Neto, residentes na Rua do Loteamento de Carreiró, n.º 172, da dita freguesia de Rebordões, onerado com uma hipoteca voluntária a favor do Banco Santander Totta, S.A.-----

A área total da servidão é de 150 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados), numa extensão de 50 m (cinquenta metros) e com uma largura de 3 m (três metros), sendo 1,5m (metro e meio) para cada lado a contar do eixo do colector, que se encontra delimitada a amarelo na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a folha cinquenta da presente acta (planta II).-----

A referida servidão consiste na instalação de um colector de drenagem de águas residuais, e respectivas caixas de visita, com as seguintes características:-----

- Diâmetro exterior do colector – 20 cm;-----
- Extensão do colector – 50 m;-----
- Profundidade da implantação do colector – variável entre os 1,60m e 4,37m;-----
- N.º de caixas de visita – 4.-----

Parcela 5



- A servidão incide sobre o prédio rústico sito no lugar de Carreiró, da mesma freguesia de Rebordões, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 242/19870727 (dois quatro dois / um nove oito sete zero sete dois sete), inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 205 (duzentos e cinco) que é propriedade de Maria Fernanda Machado da Silva Teixeira, residente na Rua de S. Bento, n.º 711, da dita freguesia de Rebordões, onerado com uma penhora a favor da Fazenda Nacional.-----

A área total da servidão é de 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), numa extensão de 84 m (oitenta e quatro metros) e com uma largura de 3 m (três metros), sendo 1,5m (metro e meio) para cada lado a contar do eixo do colector, que se encontra delimitada a amarelo na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a folha cinquenta e uma da mesma (planta III).-----

A referida servidão consiste na instalação de um colector de drenagem de águas residuais, e respectivas caixas de visita, com as seguintes características:-----

- Diâmetro exterior do colector – 20 cm;-----
- Extensão do colector – 84 m;-----
- Profundidade da implantação do colector – variável entre os 1,60m e 4,90m;-----
- N.º de caixas de visita – 6.-----

Parcela 9

- A servidão incide sobre o prédio urbano, sito no lugar de Fontelas, da mesma freguesia de Rebordões, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 1211/260602 (um dois um um / dois seis zero seis zero dois) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 690 (seiscentos e noventa), propriedade de Carolina Ramos Loureiro Pinto, casada em regime de comunhão de adquiridos com Júlio Andrade da Silva Pinto, onerado com uma hipoteca voluntária a favor do Banco Comercial Português, S.A.-----

A área total da servidão é de 75 m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados), numa extensão de 25 m (vinte e cinco metros) e com uma largura de 3 m (três metros), sendo 1,5m (metro e meio) para



Ac

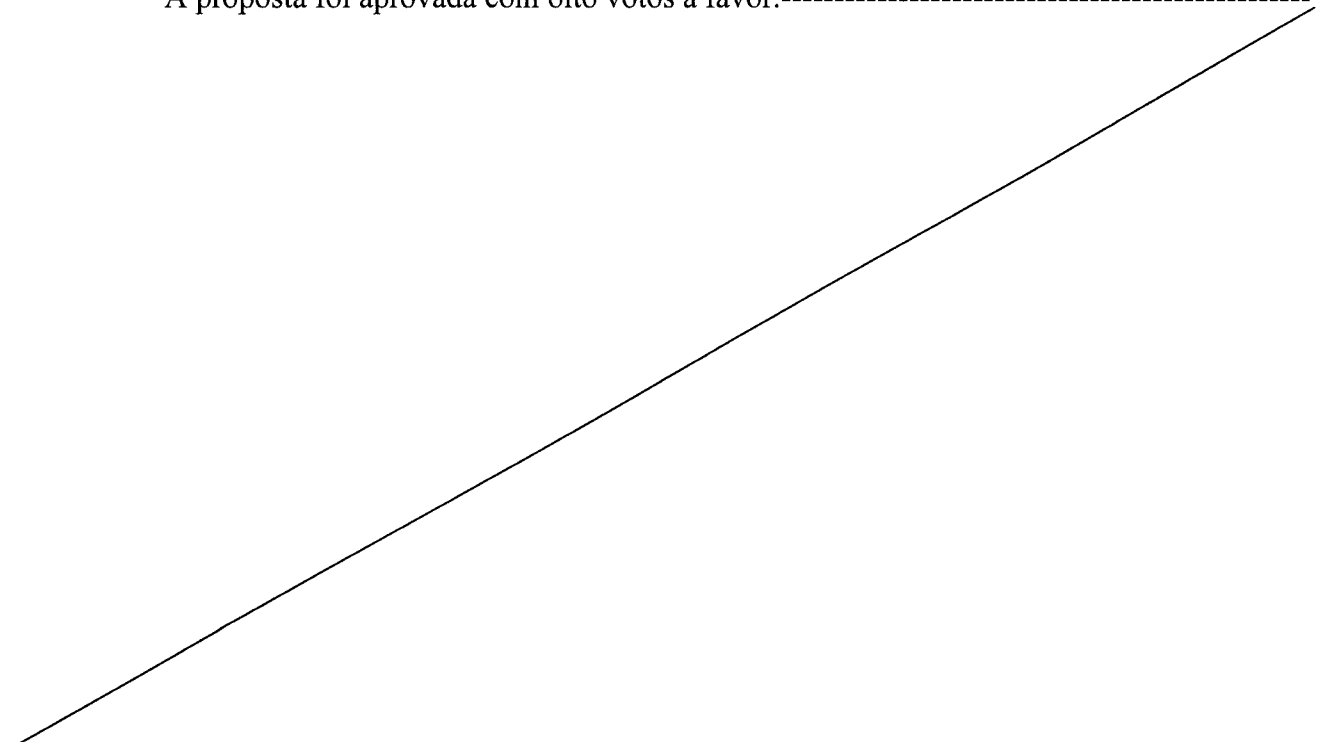
cada lado a contar do eixo do colector, que se encontra delimitada a amarelo na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a folha cinquenta e duas da mesma (planta IV).-----

A referida servidão consiste na instalação de um colector de drenagem de águas residuais, e respectivas caixas de visita, com as seguintes características:-----

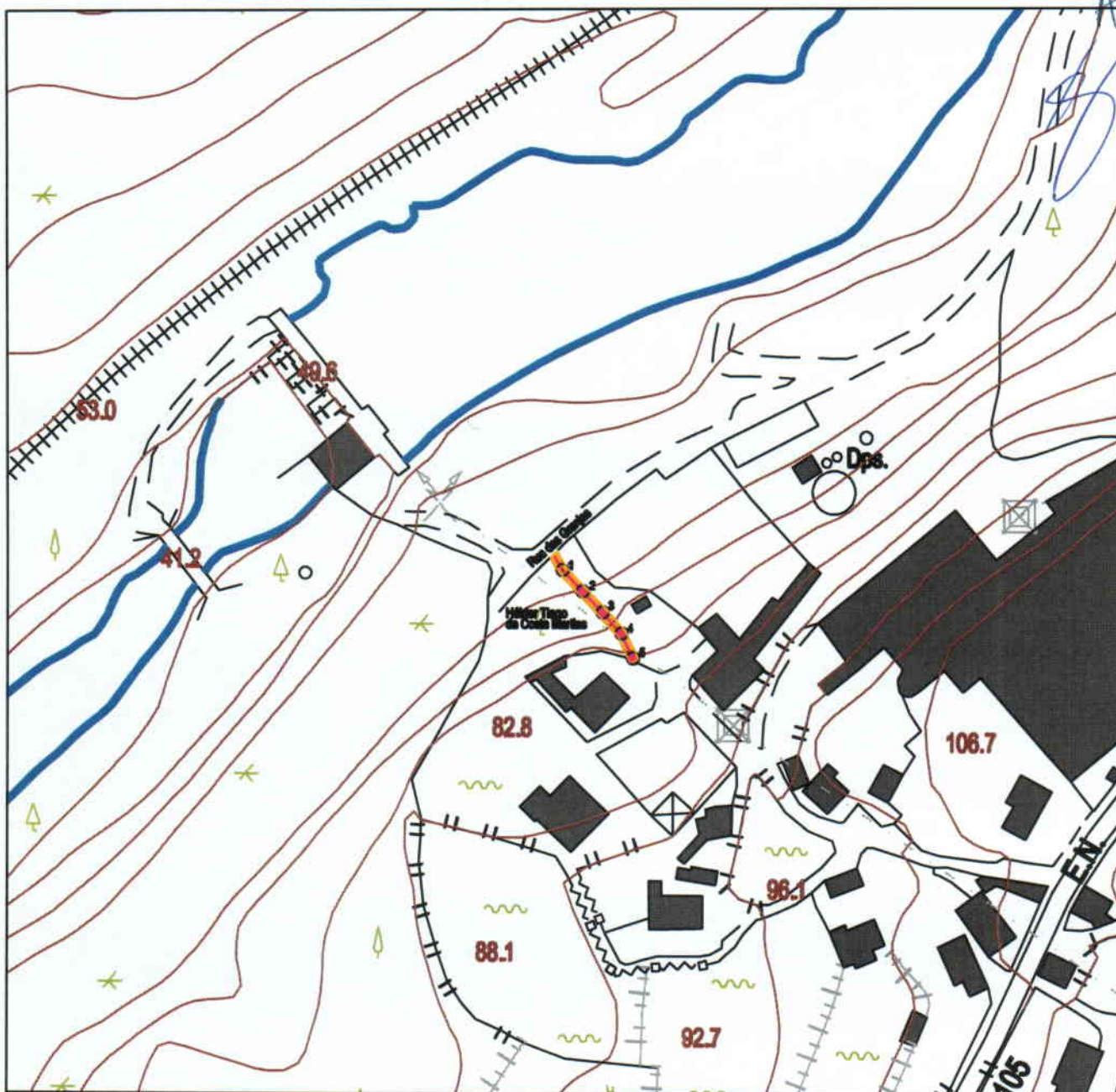
- Diâmetro exterior do colector – 20 cm;-----
- Extensão do colector – 25 m;-----
- Profundidade da implantação do colector – variável entre os 1,60m e 1,90m;-----

Os Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, na qualidade de dono da obra em causa, devem executar os trabalhos descritos na aludida informação da Divisão Jurídica e do Contencioso de dois de Novembro findo, e dar integral cumprimento às demais condições de negociação constantes daquela informação.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----







LEGENDA:

Parcela 3  
 Proprietário: Helder Tiago da Costa Martins

Servidão:  
 - Extensão: 144.42ml  
 - Largura: 1,50m para cada lado do eixo  
 - Área: 435.47m<sup>2</sup>

LEGENDA:

Limite parcial do prédio a onerar com a servidão

Proprietário: Rui Norberto Teixeira Ferreira

Servidão:

- Extensão: 50.00ml
- Largura: 1,50m para cada lado do eixo
- Área: 150.00m<sup>2</sup>

Confrontações da servidão:

- Norte: Rui Norberto Teixeira Ferreira
- Sul: Rui Norberto Teixeira Ferreira
- Nascente: Rui Norberto Teixeira Ferreira e Ana Cândida Barbosa Neto
- Poente: Rui Norberto Teixeira Ferreira e Rua do Loteamento de Carreiró



Departamento de Planeamento e Habitação  
 Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais

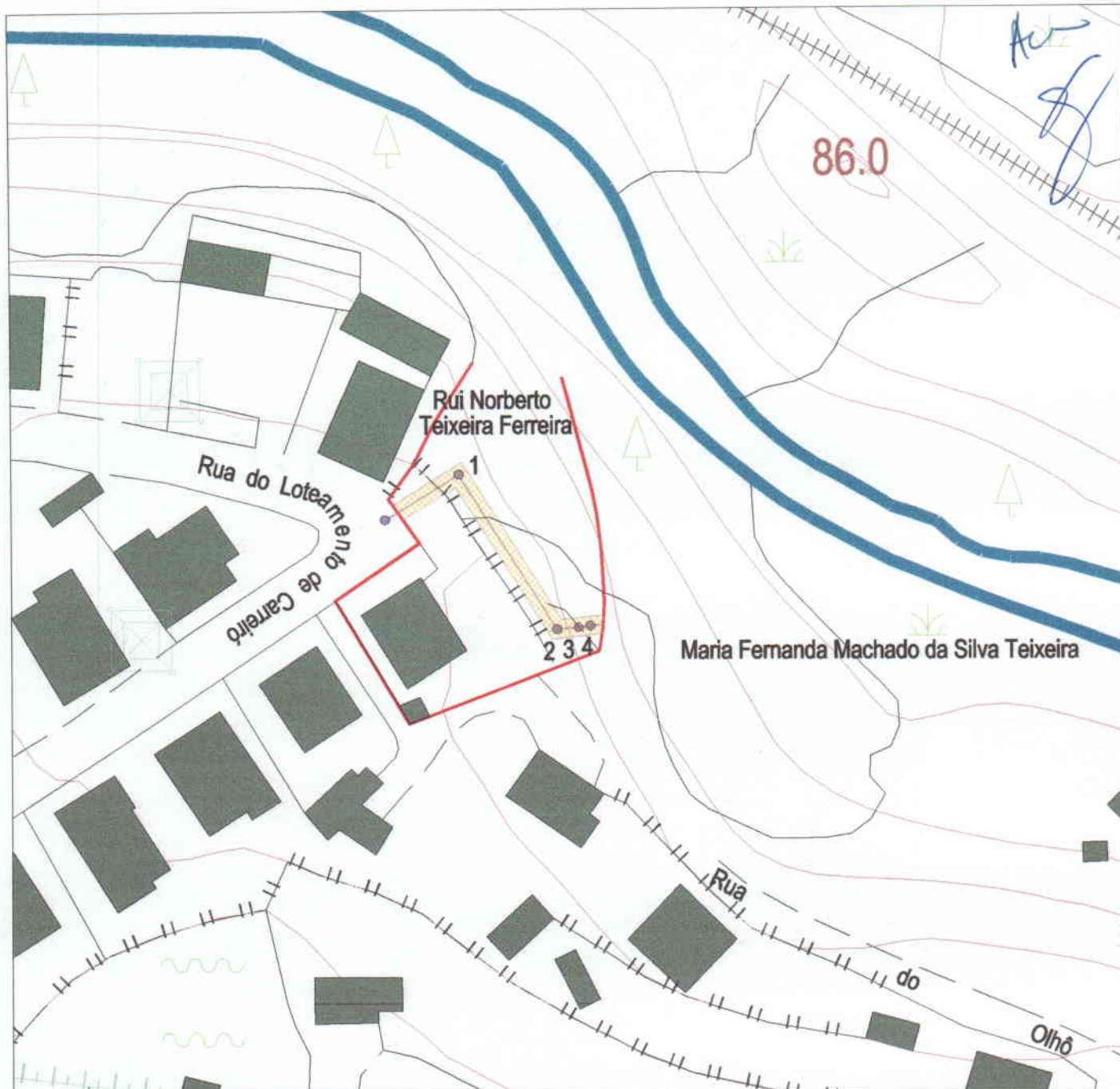
Resíduos Freguesias do Vale do Ave - Rebordões

Planta Cadstral para estabelecimento de servidão - Parcela 3

1/2000

Jan.2000

21



**LEGENDA:**

**Limite parcial do prédio a onerar com a servidão** —

Proprietário: Rui Norberto Teixeira Ferreira

Servidão:

- Extensão: 50.00ml

- Largura: 1,50m para cada lado do eixo

- Área: 150.00m<sup>2</sup>

**Confrontações da servidão:**

- Norte: Rui Norberto Teixeira Ferreira

- Sul: Rui Norberto Teixeira Ferreira

- Nascente: Rui Norberto Teixeira Ferreira e Maria Fernanda Machado da Silva Teixeira

- Poente: Rui Norberto Teixeira Ferreira e Rua do Loteamento de Carreiró



Departamento de Planeamento e Habitação  
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais

Restantes Freguesias do Vale do Ave - Rebordões

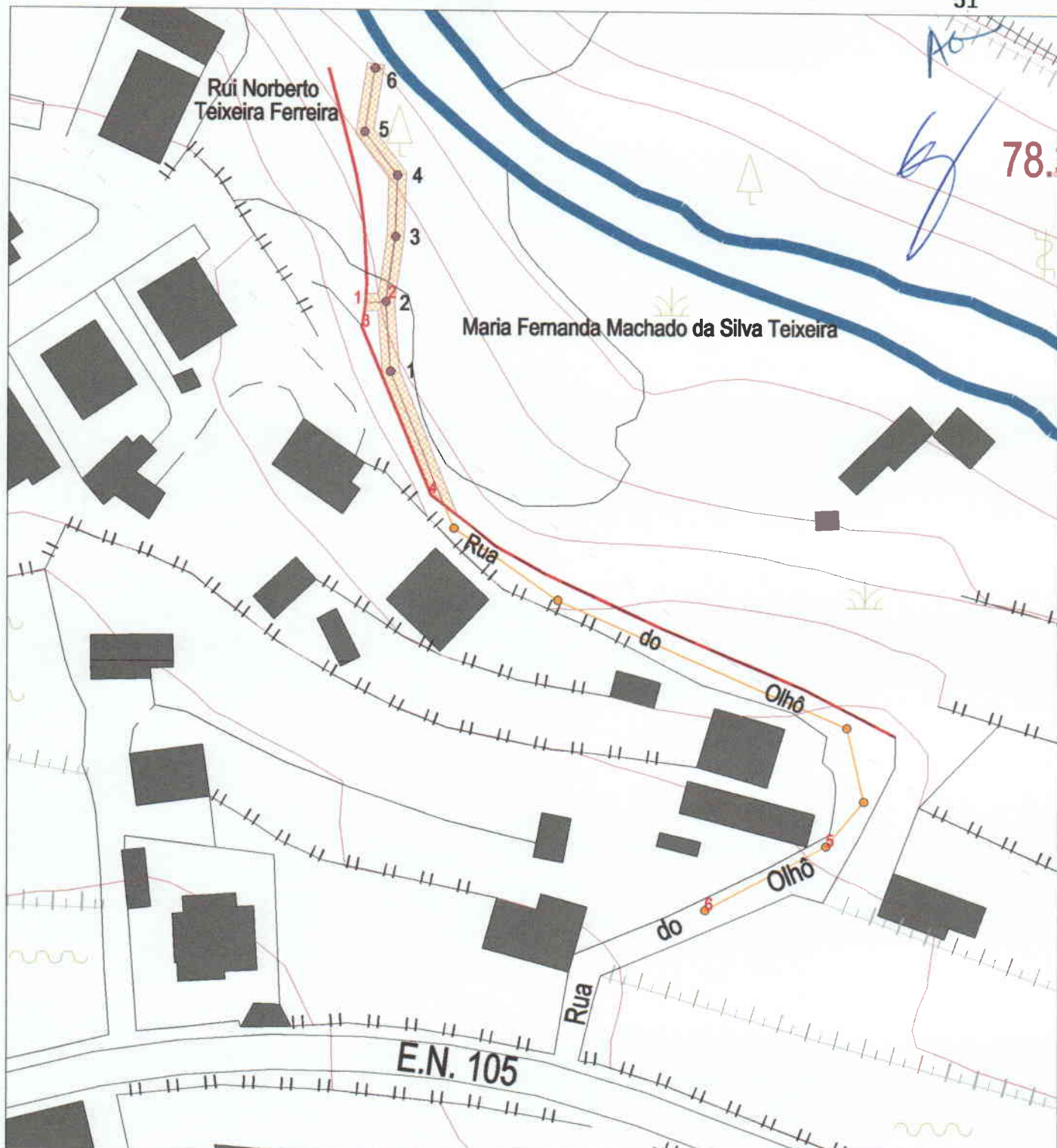
Planta Cadastral para estabelecimento de servidão - Parcela 4

1/1000

Mar. 2009

3  
Desenho m.





**LEGENDA:**

**Limite parcial do prédio a onerar com a servidão** ———

**Proprietário:** Maria Fernanda Machado da Silva Teixeira

**Servidão:**

- Extensão: 84.00ml

- Largura: 1,50m para cada lado do eixo

- Área: 250.00m<sup>2</sup>

**Confrontações da servidão:**

- Norte: Maria Fernanda Machado da Silva Teixeira

- Sul: Rua do Olho

- Nascente: Maria Fernanda Machado da Silva Teixeira

- Poente : Maria Fernanda Machado da Silva Teixeira

: Rui Norberto Teixeira Ferreira



Departamento de Planeamento e Habitação  
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais

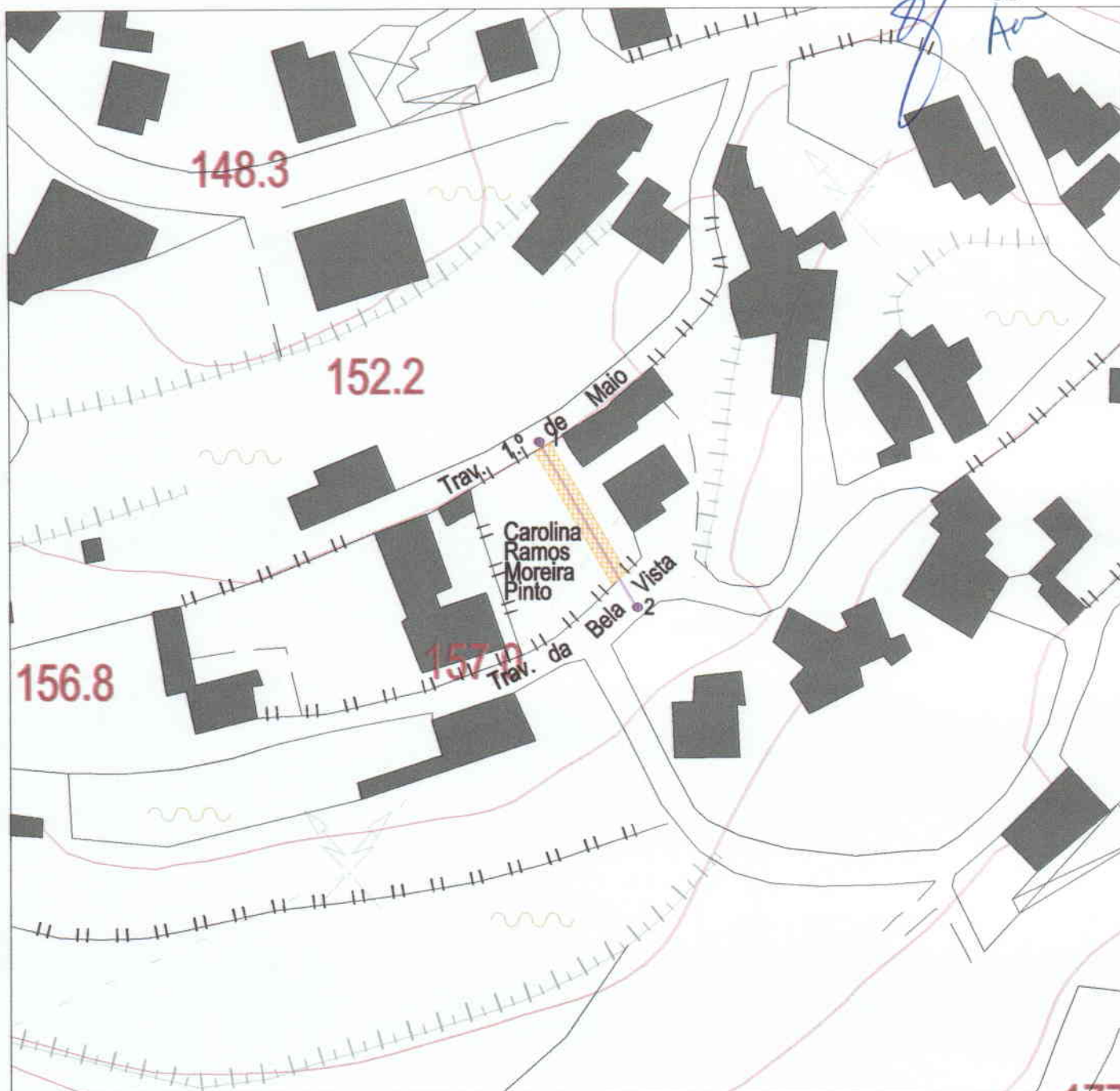
Restantes Freguesias do Vale do Ave - Rebordões

Planta Cadastral para estabelecimento de servidão - Parcela 5

1/1000

Mar. 2009

4  
Desenho n.º



**LEGENDA:**

Parcela 9

Proprietário: Carolina Ramos Moreira Pinto

Parcela a afectar à Servidão Administrativa

- Extensão: 25.00ml

- Largura: 1,50m para cada lado do eixo

- Área: 75.00m2

**Confrontações**

Norte

- Trav. 1.º de Maio

Sul

- Trav. da Bela Vista

Nascente

- Carolina Ramos Moreira Pinto

Poente

- Carolina Ramos Moreira Pinto



Departamento de Planeamento e Habitação  
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais

Restantes Freguesias do Vale do Ave - Rebordões

Planta Cadastral para estabelecimento de servidão - Parcela 9

1/2000

Maio 2009

6

Desenho n.º



Ac

**OUTROS SUBSÍDIOS.**-----

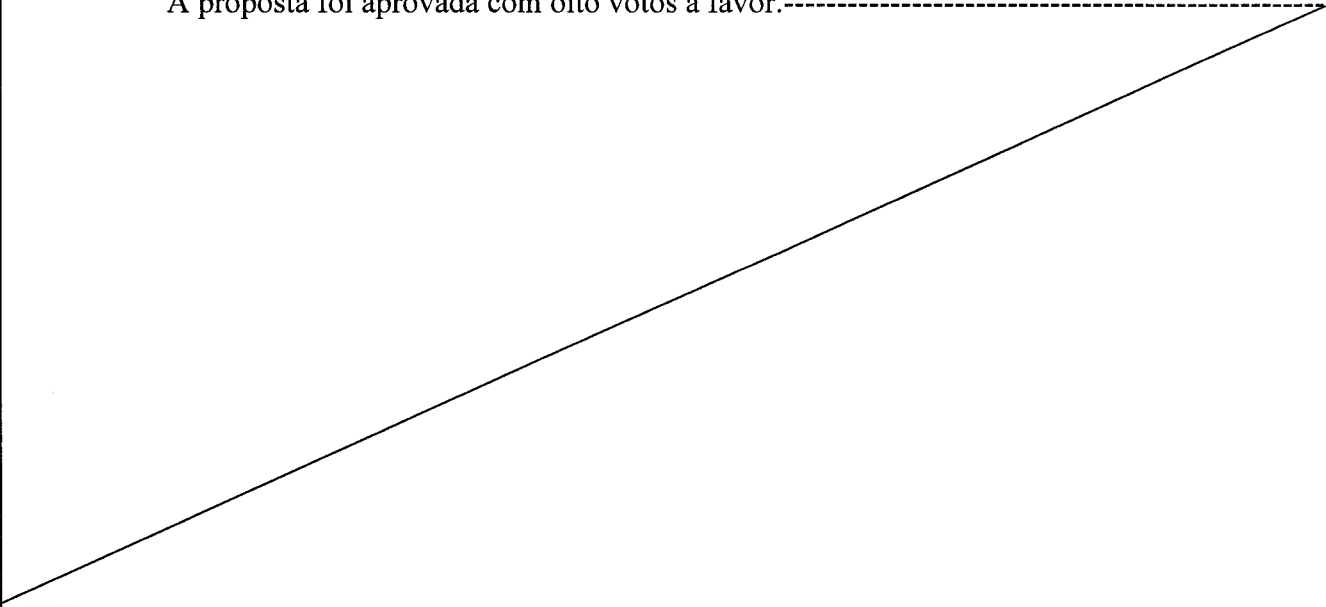
**A) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS DA RUA DO PAÚL À RUA DAS ARIBADAS.**-----

Presente officio de dezoito de Novembro findo, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número dezasseis mil duzentos e sessenta e um, a solicitar a elaboração de estudo técnico para execução de infra-estruturas de drenagem de águas pluviais e saneamento da Rua do Paúl à Rua das Arribadas.-----

A Divisão de Vias elaborou estudo dos trabalhos necessários, cuja estimativa orçamental é de 16.433,01 € (dezasseis mil quatrocentos e trinta e três euros e um cêntimos), com IVA incluído.

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsidio no montante de 16.433,01 € (dezasseis mil quatrocentos e trinta e três euros e um cêntimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Ar  
7/

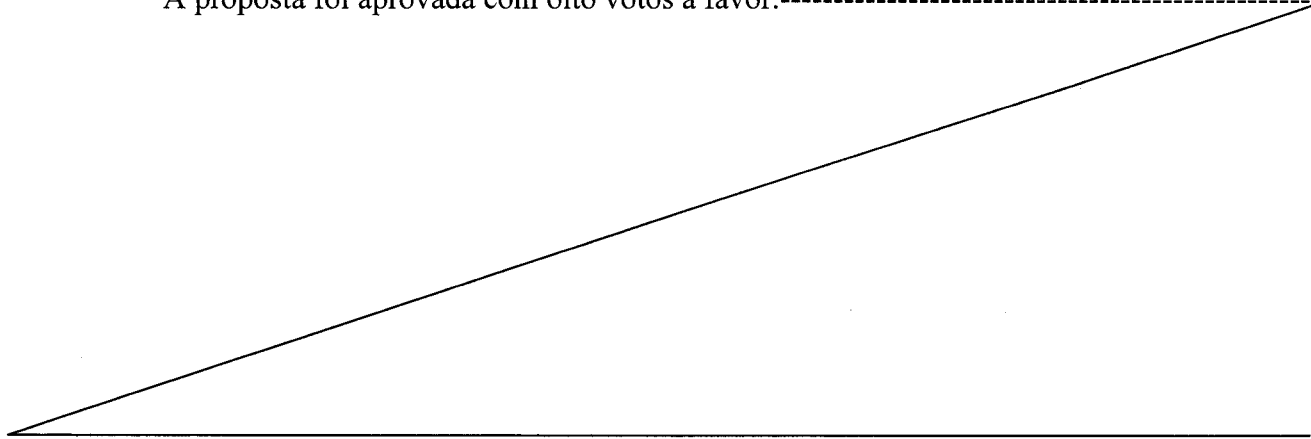
**9. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ: RECTIFICAÇÃO DA CONCORDÂNCIA ENTRE A RUA DO CENTRO E A RUA SANTA MARIA DE NEGRELOS.**-----

Presente ofício de dezasseis de Novembro findo, da Junta de Freguesia de Roriz, registado com o número quinze mil novecentos e sessenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para a execução dos trabalhos de rectificação da concordância da Rua do Centro e a Rua Santa Maria de Negrelos, em reforço do subsídio atribuído por deliberação camarária de oito de Abril último (item 15.C da respectiva acta) para a obra de “Rectificação e Pavimentação da Rua do Centro”, que se encontra em curso.-----

A Divisão de Vias informa que a estimativa orçamental dos trabalhos que se mostram necessários realizar é de 17.681,73 € (dezassete mil seiscientos e oitenta e um euros e setenta e três centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsídio no montante de 17.681,73 € (dezassete mil seiscientos e oitenta e um euros e setenta e três centimos), com IVA incluído, para execução dos trabalhos de rectificação de concordância entre a Rua do Centro e a Rua Santa Maria de Negrelos, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Ar

**9. C) À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DE QUINCHÃES – MONTE CÓRDOVA: CONSTRUÇÃO DE PARQUE INFANTIL NA ESCOLA: REFORÇO DE SUBSIDIO.**-----

Presente informação de vinte e dois de Outubro último, da Divisão de Edifícios, a comunicar que no âmbito da intervenção da obra acima referida, que se encontra em curso, seria importante resolver definitivamente os problemas existentes na fossa séptica da Escola de Quinchães.

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Quinchães um subsidio no montante de 10.802,88 € (dez mil oitocentos e dois euros e oitenta e oito cêntimos), com IVA incluído, em reforço do atribuído por deliberação camarária de doze de Agosto último, para instalação de uma fossa séptica pré-fabricada na Escola de Quinchães, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Obviamente que os eleitos nas listas do Partido Social Democrata acham que todas as obras de melhoramento dos edifícios escolares, concretamente as que fundamentam este subsidio, devem ser feitas. Mas entendemos que estas obras devem ser feitas directamente pela Câmara Municipal ou então pela Junta de Freguesia, que inclusivamente pelo ofício de Setembro de dois mil e oito, com o número catorze mil quatrocentos e quarenta e um, alertou a câmara municipal para o estado da referida fossa séptica.-----

Tendo em conta este espaço temporal, parece-nos que a câmara por si, ou então a Junta de Freguesia, poderia ter feito esta obra e então não estaríamos aqui a falar em situações de urgência”.---

Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----





Ar

“Votamos favoravelmente dada a urgência e tendo em conta que as obras vão ter a fiscalização e acompanhamento por parte dos técnicos da Câmara Municipal. Acresce que estas obras vêm na sequência de uma outra obra de construção de um parque infantil.-----

Recordamos aqui que é entendimento desta câmara como foi expresso pelo Presidente, no início da análise deste ponto da ordem de trabalhos, que quem deve, em princípio, executar estas obras, por norma, é a Câmara Municipal. Outro entendimento ou outro tipo de delegações não tem um princípio lógico porque, sem suporte técnico, será “meter a foice em seara alheia”.-----





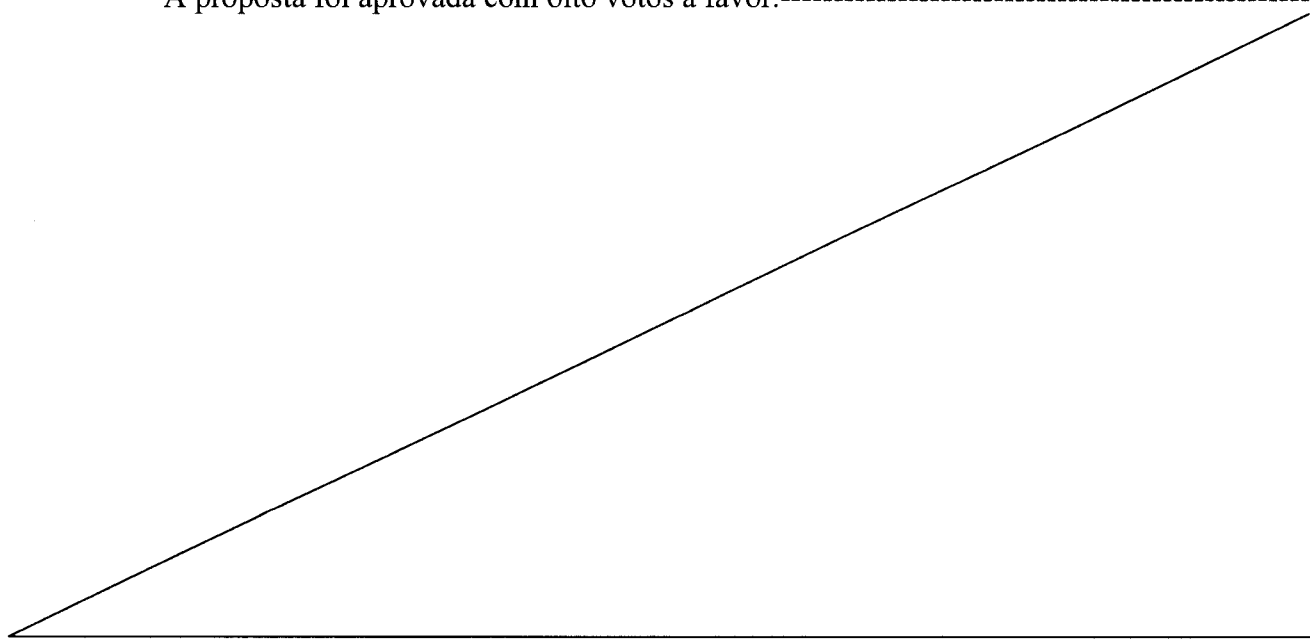
**9. D) À JUNTA DE FREGUESIA DA REGUENGA – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO DA MOUTEIRA – 1ª FASE: REFORÇO DE SUBSIDIO.-----**

Presente ofício de oito de Agosto último, da Junta de Freguesia da Reguenga, registado com o número onze mil quinhentos e dezanove a remeter os valores das propostas colhidas para execução da obra acima referida, subsidiada por deliberação camarária de vinte e nove de Julho último (item 8.I da respectiva acta).-----

O expediente vem informado pela Divisão de Edifícios, que sugere um reforço do subsidio no montante de 26.274,69 € (vinte e seis mil duzentos e setenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Reguenga um subsidio no montante de 26.274,69 € (vinte e seis mil duzentos e setenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos) para a obra acima referida, em reforço do subsidio anteriormente atribuído, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





A  
4

**9. E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ENTIDADES GESTORAS DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DOS RESPECTIVOS REFEITÓRIOS – ANO LECTIVO 2009/2010: ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009:-----**

Presente informação da Divisão de Educação, de catorze do corrente mês de Dezembro, registada com o número dezasseis mil novecentos e trinta e oito, a propor a atribuição de um subsídio mensal, de Novembro de dois mil e nove a Outubro de dois mil e dez, inclusive, às entidades identificadas na referida informação.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara deliberasse, em aditamento à deliberação camarária de dezoito de Novembro findo (item 13 E da respectiva acta) atribuir um subsídio mensal, de Novembro de dois mil e nove, a Outubro de dois mil e dez, inclusive, às entidades abaixo identificadas, para custear as despesas com o funcionamento de refeitórios escolares, o que perfaz uma despesa no montante global de 32.760,00 € (trinta e dois mil setecentos e sessenta euros), sendo 5.460,00 € (cinco mil quatrocentos e sessenta euros) no ano económico de dois mil e nove, e 27.300,00 € (vinte e sete mil e trezentos euros) no ano económico de dois mil e dez.-----

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Quelha de São Salvador do Campo-----700,00€ (setecentos euros)

- Associação de Pais da Escola Primária e Pré-Primária de Guimarei -----700,00€ (setecentos euros)

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos Lamelas -----  
-----700,00€ (setecentos euros)

- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da EB1/JI da Rechã -----  
-----630,00€ (seiscentos e trinta euros)

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Ac  
[Signature]

**9.F) COMPETIÇÕES INTERMUNICIPAIS DE FUTEBOL AMADOR: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES NAS COMPETIÇÕES INTERMUNICIPAIS .-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o impacto positivo que as competições intermunicipais tem feito sentir no desenvolvimento do movimento associativo desportivo no Concelho de Santo Tirso, resultante do intercâmbio com as colectividades dos outros concelhos;-----

Considerando que estas competições envolvem despesas com arbitragens, prémios e logística e que são suportadas em partes iguais pelos municípios participantes;-----

Considerando a competência prevista nas alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 64º da lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

PROPONHO:-----

A atribuição de um subsídio no montante de 250 € (duzentos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com estas competições, às Associações abaixo mencionadas:-----

A UNIÃO DESPORTIVA DE S. MAMEDE – S. Mamede de Negrelos-----

ABCD – ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO, CULTURAL E DESPORTIVA – Sta. Cristina do Couto-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GUIMAREI – Guimarei-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NEGRELOS –S. Tomé de Negrelos-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AREIAS – Areias -----

FUTEBOL CLUBE DE REBORDÕES – Rebordões -----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

[Large diagonal line across the bottom of the page]



At

Reunião : ORDINÁRIA

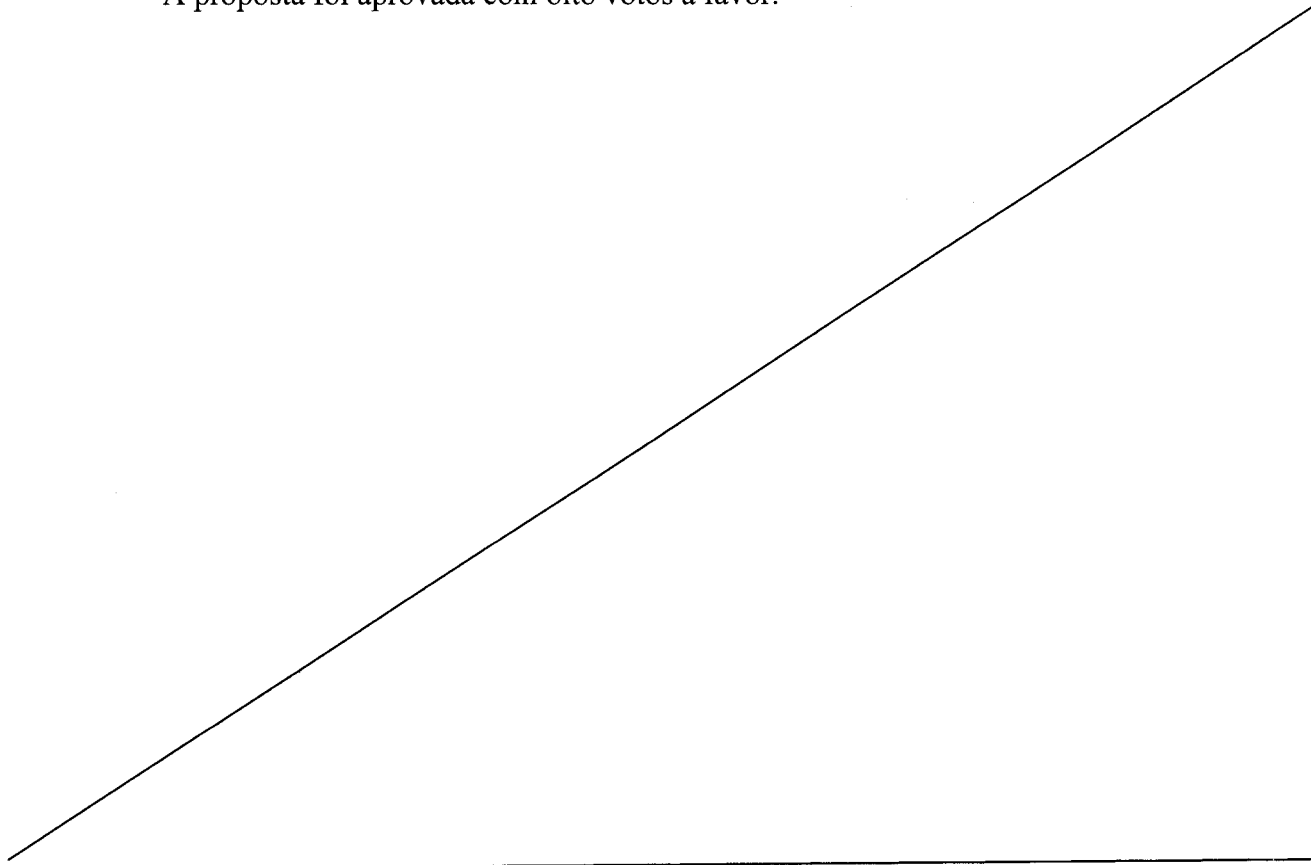
Câmara Municipal de Santo Tirso

**9. G) À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE S. MARTINHO: CONSTRUÇÃO DE NOVOS BALNEÁRIOS: PEDIDO DE SUBSÍDIO (REFORÇO).-----**

Presente ofício de catorze do corrente mês de Dezembro, da Associação Recreativa de S. Martinho, registado com o número dezasseis mil novecentos e quarenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para a obra acima referida, em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de quinze de Julho último, em virtude de terem surgido, no decurso da obra, trabalhos absolutamente necessários cuja estimativa orçamental ultrapassa os 40.000,00 € (quarenta mil euros).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação Recreativa de S. Martinho um subsídio no montante de 20.000,00 € (vinte mil euros) a pagar à medida da execução dos trabalhos, e em aditamento ao subsidio anteriormente atribuído.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





*Ar*  
*[Signature]*

**9. H) À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SANTO TIRSO:  
ILUMINAÇÕES DE NATAL/2009-----**

Presente fax de onze de Novembro findo, da Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso, registado com o número quinze mil setecentos e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a iluminação das ruas da cidade de Santo Tirso na época de Natal/2009.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso um subsídio no montante de 20 000,00 € (vinte mil euros) para as iluminações de Natal/2009 no concelho de Santo Tirso.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

*[Large diagonal line across the page]*



**9. D) XXV CAMPEONATO CONCELHIO DE FUTEBOL AMADOR (ÉPOCA 2009/2010): PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES, PARA CUSTEAR AS DESPESAS COM SEGUROS.-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o XXV Campeonato Concelhio de Futebol Amador, uma iniciativa desta Câmara Municipal, envolve um elevado número de atletas, em actividade ao longo de sete meses;-----

Considerando a importância que este campeonato tem para as associações desportivas do concelho de Santo Tirso;-----

Considerando o impacto positivo que este evento desportivo tem tido no desenvolvimento do movimento associativo desportivo no concelho de Santo Tirso;-----

Considerando que este Campeonato acarreta muitas outras despesas para os Clubes nele envolvidos, bem como muito empenho, disponibilidade em prejuízo de outras responsabilidades, e reconhecendo a importância do mesmo em prol de uma prática desportiva contínua;-----

Considerando ainda que cabe aos municípios fomentar, apoiar e dinamizar a prática desportiva;-----

Considerando a competência prevista nas alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 64º da lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

PROPONHO: -----

A atribuição de um subsidio no montante de 500 € (quinhentos euros) a cada uma das colectividades abaixo mencionadas para ajudar a custear as despesas com os seguros desportivos: ----

A UNIÃO DESPORTIVA DE S. MAMEDE – S. Mamede de Negrelos-----

ABCD – ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO, CULTURAL E DESPORTIVA – Sta. Cristina do Couto-----

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA DE LAMELAS – Lamelas-----

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – Vila das



Ar

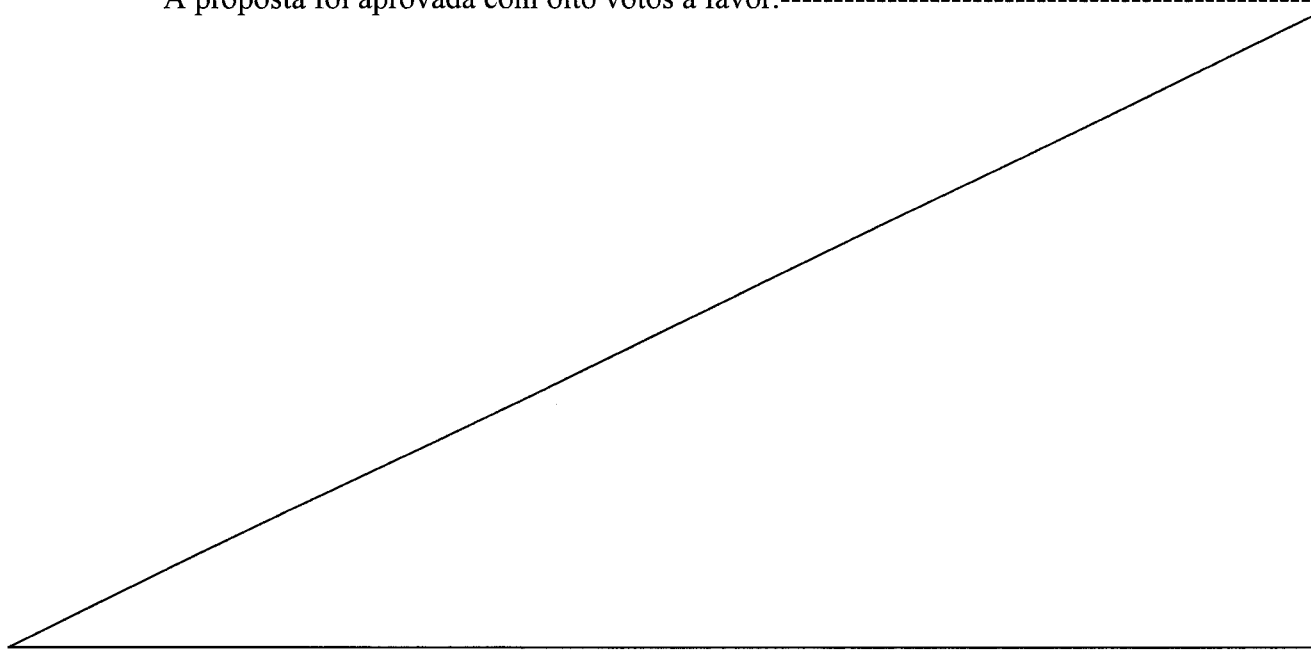
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

Aves-----  
MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE – Monte Córdova -----  
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL RECREATIVA MOURINHENSE – S. Tomé de  
Negrelos-----  
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURA DA REGUENGA – Reguenga-----  
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GUIMAREI – Guimarei-----  
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE REFOJOS – Refojos -----  
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TARRIO – S. C. Couto-----  
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NEGRELOS –S. Tomé de Negrelos-----  
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AREIAS – Areias -----  
FUTEBOL CLUBE CALDAS – Areias-----  
FUTEBOL CLUBE DE REBORDÕES – Rebordões -----  
CLUBE DESPORTIVO DE S. SALVADOR DO CAMPO – S. S. Campo -----  
CENTRO RECREATIVO POPULAR DA JUVENTUDE DE ÁGUA LONGA – Água Longa-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





**9. J) XXV CAMPEONATO CONCELHIO DE FUTEBOL AMADOR: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES NO CAMPEONATO PARA CUSTEAR AS DESPESAS COM AS ARBITRAGENS.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o XXV Campeonato Concelhio de Futebol Amador, uma iniciativa desta Câmara Municipal, envolve um elevado número de atletas, em actividade ao longo de sete meses;-----

Considerando a importância que este campeonato tem para as associações desportivas do concelho de Santo Tirso;-----

Considerando o impacto positivo que este evento desportivo tem tido no desenvolvimento do movimento associativo desportivo no concelho de Santo Tirso;-----

Considerando que este Campeonato acarreta muitas outras despesas para os Clubes nele envolvidos, bem como muito empenho, disponibilidade em prejuízo de outras responsabilidades, e reconhecendo a importância do mesmo em prol de uma prática desportiva contínua;-----

Considerando ainda que cabe aos municípios fomentar, apoiar e dinamizar a prática desportiva;-----

Considerando a competência prevista nas alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 64º da lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

PROPONHO:-----

A atribuição de um subsídio no montante de 400 € (quatrocentos euros) a cada uma das colectividades abaixo mencionadas, para ajudar a custear as despesas com a arbitragem do Campeonato Concelhio de Futebol Amador;-----

A UNIÃO DESPORTIVA DE S. MAMEDE – S. Mamede de Negrelos-----

ABCD – ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO, CULTURAL E DESPORTIVA – Sta. Cristina do Couto-----

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA DE LAMELAS – Lamelas-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – Vila das Aves-----

MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE – Monte Córdova -----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL RECREATIVA MOURINHENSE – S Tomé de Negrelos-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURA DA REGUENGA – Reguenga-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GUIMAREI – Guimarei-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE REFOJOS – Refojos -----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TARRIO – S. C. Couto-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NEGRELOS –S. Tomé de Negrelos-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AREIAS – Areias -----

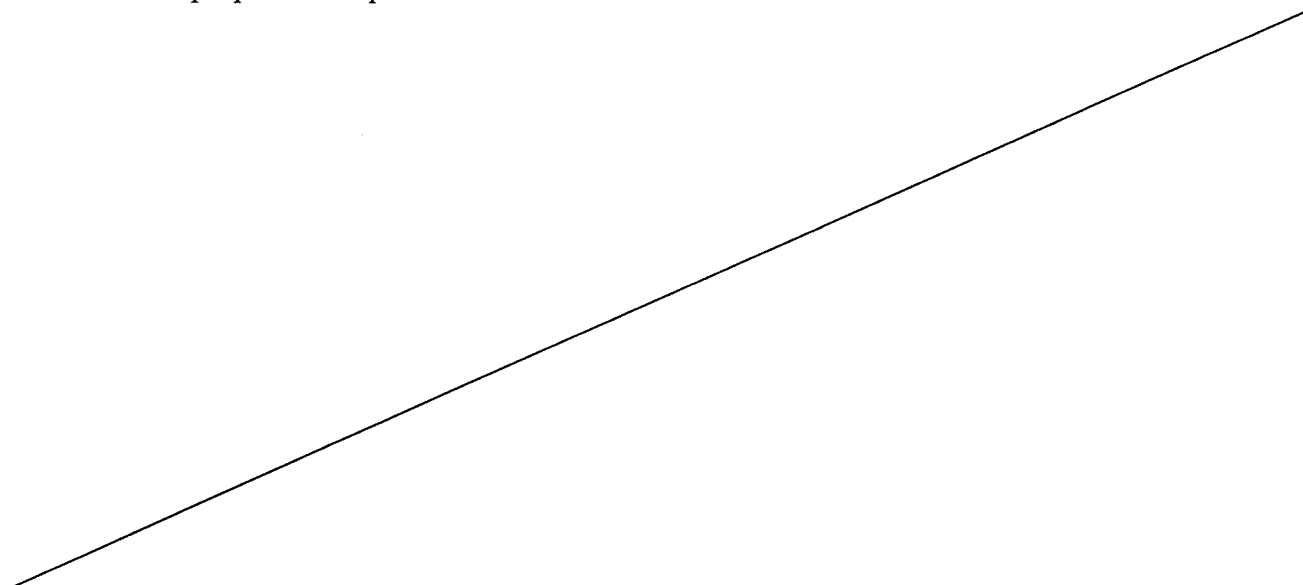
FUTEBOL CLUBE CALDAS – Areias-----

FUTEBOL CLUBE DE REBORDÕES – Rebordões -----

CLUBE DESPORTIVO DE S. SALVADOR DO CAMPO – S.S. do Campo -----

CENTRO RECREATIVO POPULAR DA JUVENTUDE DE ÁGUA LONGA – Água Longa-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





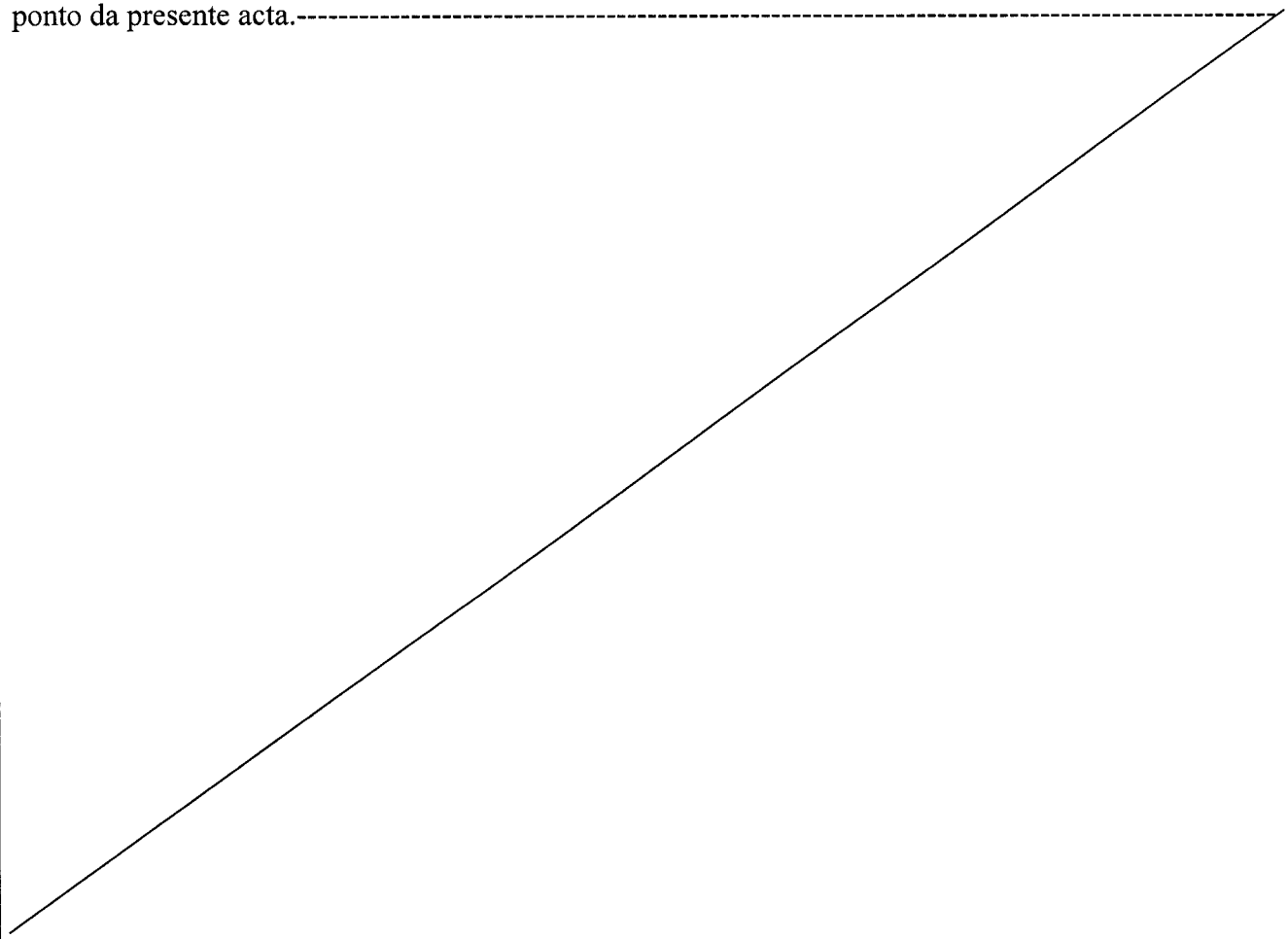
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

**- Contrato de Comparticipação Financeira celebrado com o Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana para financiamento de 23 fracções autónomas na Freguesia de Areias: Ratificação.**-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir o subsequente ponto da presente acta.-----





**10. CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA CELEBRADO COM O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DE REABILITAÇÃO URBANA PARA FINANCIAMENTO DE 23 FRACÇÕES AUTÓNOMAS NA FREGUESIA DE AREIAS: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente ofício de dez do corrente mês de Dezembro, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, registado com o número dezasseis mil oitocentos e oitenta e cinco, a remeter o Contrato de Participação Financeira acima referido, celebrado na sequência do Acordo de Colaboração celebrado com o município, aprovado pela câmara municipal em reunião de vinte e três de Setembro último (item três da respectiva acta).-----

O Presente contrato tem por objectivo financiar a aquisição de vinte e três fracções autónomas na freguesia de Areias, sendo vinte e duas destinadas a habitação, para realojamento de agregados familiares carenciados, e uma fracção destinada a equipamento social, cujo valor global da aquisição é de 1.545.410,00 € (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e dez euros), sendo que, deste valor, é financiado pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana o montante de 463.623,00 € (quatrocentos e sessenta e três mil seiscientos e vinte e três euros).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Participação Financeira, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, composto por seis folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido contrato.-----



Acta N.º 27 Fl. 68  
16 de Dezembro de 2009

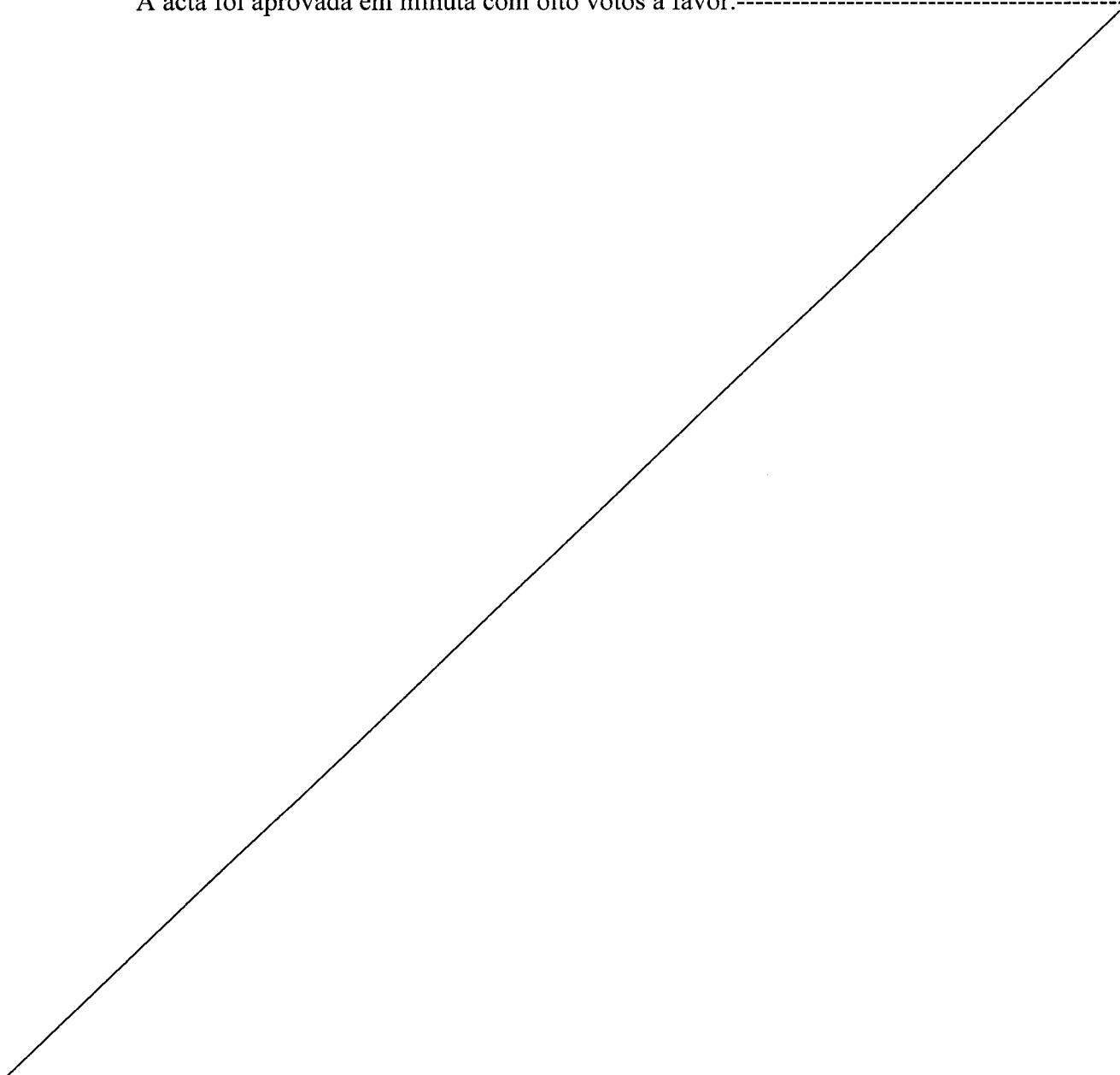
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*[Handwritten signature]*

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Doze horas e cinquenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem sessenta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso, e cinco documentos anexos, (Anexos I, II, III, IV, e V relativos aos itens três, cinco, seis, sete e dez respectivamente), o primeiro composto por setenta e nove folhas, o segundo composto por quarenta e oito folhas, o terceiro composto por cinco folhas, o quarto composto por vinte e duas folhas e o quinto por seis folhas, também apenas utilizadas no anverso, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu

*Hebe Adriana Salgado*  
*Hebe*  
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 30/12/2009, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas 10220 da respectiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriana*